



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PRÁTICAS CLÍNICAS DA PSICOLOGIA FRENTE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO
CAUSADO PELO DESEMPREGO CONTEMPORÂNEO

Daniel Viana Abs da Cruz

Orientadora: Profa. Dra. Janine Kieling Monteiro

São Leopoldo

2008

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PRÁTICAS CLÍNICAS DA PSICOLOGIA FRENTE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO
CAUSADO PELO DESEMPREGO CONTEMPORÂNEO

Daniel Viana Abs da Cruz

Orientadora: Prof. Dra. Janine Kieling Monteiro

Financiamento: Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Psicologia, Área de concentração Psicologia Clínica, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

São Leopoldo, Janeiro de 2008

Dedico este trabalho
a minha mãe, Noeli,
e ao meu pai, Carlos,
que partiu durante esta caminhada.

Grato pelo valor do trabalho e
pelo ensino da luta, da honestidade e da retidão.

Agradecimentos

A CAPES pelo financiamento desta formação e deste estudo.

Aos meus irmãos, Carlos, Carla e Karen, e meus cunhados, Rosângela, Luis e Márcio, pelo suporte e atenção, nos momentos mais difíceis que passamos.

A minha professora, supervisora, e hoje orientadora, Janine Kieling Monteiro, pela fecunda delicadeza, dedicação, amizade, paciência e compreensão com que lidou com minhas falhas e conduziu este trabalho, e minha formação nestes anos trabalhando juntos. Fica o desejo de muitos outros trabalhos para realizar.

Aos amigos, Ana Paula, Marcus, Carlise e Miguel, incansáveis na atenção e no carinho, e por me desculpar pelas ausências inevitáveis.

Ao Alexandre Rocha da Silva, pelo apoio também incansável, atenção, paciência e incentivo. Teus diálogos se produziram nesta caminhada e também são páginas aqui.

À Edialda Susin Stimamiglio, e amigos do SINE/São Leopoldo, pelas portas sempre abertas, pela aposta neste trabalho, e principalmente, pela amizade e carinho.

À amiga e colega bolsista Letícia Medeiros, pelo carinho e amizade, essenciais às dificuldades e aos percalços que encontramos.

Em especial à amiga e colega Camile Gross, pelo profundo companheirismo e amizade, a quem sou grande devedor por todo o apoio e carinho dedicado.

À colega doutoranda e amiga Simone Bicca, pelas leituras, diálogos e apoios intermináveis. Chegou minha vez de agradecer.

Aos anônimos colegas psicólogos, participantes, que gentilmente se interessaram e colaboraram com este estudo.

Aos pacientes do NEPT, no SINE de São Leopoldo, que com suas histórias de vida, fizeram do incômodo produzido, um mestrado.

SUMÁRIO

Resumo	6
Abstract	7
1. Introdução	8
2. Relatório de Pesquisa	11
2.1 Introdução	11
2.2 Justificativa Teórica	12
2.2.1 Trabalho e Desemprego	13
2.2.2. Clínica e Trabalho	15
2.3 Objetivos.....	17
2.4 Método.....	18
2.4.1 Delineamento	18
2.4.2 Participantes	18
2.4.3 Procedimentos Éticos	19
2.4.4 Procedimentos de Coleta de Dados	20
2.4.4.1 Contato com os participantes	20
2.4.4.2 Descrição do local de obtenção dos dados	20
2.4.4.3 Entrevista	21
2.4.5 Procedimentos de Análise dos Dados	21
2.5 Resultados e discussão	22
2.6 Considerações Finais.....	35
2.7 Publicações e Produções derivadas da Pesquisa	38
3. Sessão 1 – Desenvolvimento teórico - O Desemprego e a Saúde Mental.....	39
4. Sessão 2 – Desenvolvimento empírico - Práticas frente ao desemprego	56
5. Referências	67
6. Anexos	88
Anexo A - Questões Norteadoras para Entrevista.....	89
Anexo B - Ficha de Dados Demográficos.....	90
Anexo C - Resolução 049/2007 – Processo CEP 07/39	91
Anexo D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	92

RESUMO

Esta pesquisa visa contribuir para o entendimento das práticas do psicólogo clínico frente ao sofrimento psíquico desencadeado pelo desemprego. Utilizando-se de métodos qualitativos de pesquisa, buscou-se uma maior compreensão das atividades e intervenções da Psicologia na clínica contemporânea de profissionais atuantes em distintas perspectivas teóricas. Os estudos que abordam os efeitos do desemprego sobre a saúde mental são apontados. Foram entrevistados 8 psicólogos da região metropolitana de Porto Alegre. Foi realizada análise de conteúdo para os dados coletados. Os enunciados foram agrupados em 4 temáticas, com respectivas categorias: Trabalho, Desemprego, Intervenções sobre o desemprego na clínica e Lugar da Psicologia frente o desemprego. Conclui-se que a Clínica Psicológica necessita produzir operadores que dêem conta de fenômenos contemporâneos que estão emergindo, como o desemprego, e que mais estudos são necessários abordando essa temática.

Palavras chave: Desemprego – Psicologia Clínica – Saúde Mental

Abstract

This research intends to contribute to understandings of the psychologist's practices towards psychological suffering caused by unemployment. Upon using qualitative research methods the author tries to broaden our comprehension of Psychology's activities and interventions in contemporary clinical practices of professionals linked to different theoretical perspectives. This thesis consists of a research report which contains the information about the research, a paper which presents the theoretical reflections that guided the development of this research and a paper which discusses the data collected. Unemployment is defined in the intersection of Labour Psychology and Clinical Psychology. Hence, the thesis discusses the importance of development of a Labour Clinic which might be able to integrate these two distinct perspectives. The studies which deal with the effects of unemployment over mental health are discussed in order to emphasize the importance of development of clinical interventions that deal with unemployment within psychological practices. Content analysis was used to study the data collected during the interviews. Psychologists' utterances have been divided in four groups based on the following categories: work, unemployment, interventions towards unemployment and psychology's contributions to unemployment. The author concludes that clinical psychology needs to prepare professionals who are able to deal, in their clinical practices, with ever emerging contemporary phenomena such as unemployment. It is also highlighted that more investigations on this area of study are necessary.

Key-words: unemployment; clinical psychology; mental health

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o desemprego e as formas como a Psicologia Clínica, na sua prática, o tem contemplado. Ela foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como pesquisa de Mestrado do autor.

Esta dissertação é resultado dessa pesquisa e compreende um relatório de pesquisa e dois artigos, conforme estabelece o regimento interno deste Programa de Pós-Graduação. Os artigos foram elaborados para posterior submissão à publicação e o relatório com o fim de suprir as necessidades de registro e arquivo da dissertação. O primeiro artigo foi desenvolvido apresentando as reflexões teóricas que nortearam a pesquisa. O segundo artigo apresenta os resultados encontrados e resgata teoricamente o primeiro artigo, a fim de compreender as práticas encontradas frente ao sofrimento causado pelo desemprego, a partir de método qualitativo de pesquisa. O relatório retoma de forma sistematizada os conteúdos dos artigos citados.

As reflexões que deram origem à problematização encontrada aqui iniciaram em 2003, quando o autor era estagiário curricular da graduação em Psicologia, no Núcleo de Excelência em Psicologia do Trabalho da Unisinos e este planejou um projeto com o Sistema Nacional de Empregos (agência SINE de São Leopoldo) a partir do qual iniciou-se o atendimento psicológico a desempregados naquela agência. Acredita-se que a conjunção de três elementos tornou possível este trabalho: a estrutura do estágio curricular do curso de Psicologia da Unisinos, a configuração do desemprego apresentado e o incômodo frente à escassez de trabalhos que contemplassem o sofrimento ali presenciado.

O estágio do curso foi modificado em 2000, decorrente de um longo processo de discussão iniciado formalmente na universidade em 1994. Com a reformulação curricular, os estágios tradicionais segmentados em campos de atuação como a clínica, a empresa e a escola foram integrados numa proposta na qual, independente do local escolhido, o aluno poderia fazer intervenções articuladas em três eixos: sofrimento psíquico, relações de trabalho e processos de ensino-aprendizagem. O desemprego nesse contexto, como elemento presente no campo de estágio, teve produções possíveis nesses três eixos.

A constituição do desemprego contemporâneo propiciou pensar para além do eixo das relações de trabalho, que evidenciava a formação do exército de reserva que o capitalismo impõe. As necessidades de novas aprendizagens frente à competitividade, e a velocidade das inovações foram propostas de reflexão nas intervenções no eixo de ensino-aprendizagem. No entanto, os discursos dos desempregados nos atendimentos individuais, dedicados à análise do sofrimento psíquico, evidenciaram um sofrimento muito específico da condição por eles vivida e denunciaram a falta de reflexões sobre o tema no campo da clínica.

A busca por articuladores teóricos que trouxessem à luz da clínica esse problema concreto e contemporâneo pautou a pesquisa e as reflexões aqui apresentadas. A escassez de trabalhos dedicados ao tema e as fronteiras rígidas dos campos de atuação do psicólogo, onde a Psicologia Clínica não costuma ter o desemprego como foco de pesquisa e intervenção, apresentaram-se como desafios a serem vencidos.

A construção do problema de pesquisa perpassou esses desafios e veio a constituir a necessidade de compreender melhor as práticas exercidas pelos psicólogos na clínica. O entendimento desses profissionais a respeito do que é o desemprego e de como poderiam intervir frente a ele problematizam os lugares possíveis do psicólogo e

tensionam os limites que o projeto de clínica pode ter na contemporaneidade. A proposta de discussão dos lugares do desemprego na clínica, longe de se esgotar nestas páginas, constitui-se ainda incipiente e se faz, a cada dia, mais necessária e urgente.

2. Relatório de Pesquisa

2.1 Introdução

A pesquisa objetivou entender como psicólogos clínicos compreendem o desemprego e intervém, na sua prática clínica, frente a esse tema. A escolha do tema de pesquisa se deu pelo entendimento que existe um sofrimento específico relacionado à categoria trabalho, justamente na situação desemprego. Esse sofrimento é colocado, pelos discursos dos trabalhadores, como ator no cenário da clínica contemporânea e pode dar origem a diversos tipos de intervenções no âmbito da Psicologia Clínica, transpondo as fronteiras do campo tradicionalmente reservado ao estudo da doença, saúde e sofrimento. Acredita-se ser pertinente aprofundar os estudos nesta área e compreender as práticas que estão ocorrendo frente a essa temática.

Para tanto, fez-se necessário a intersecção de dois campos tradicionais da Psicologia, o que aborda o trabalho e o que contempla os processos de saúde e doença. As dificuldades na pesquisa com esses campos distintos, trabalho e clínica, se encontram, neste caso, tanto na definição de desemprego, que se traduz como fenômeno contemporâneo complexo, quanto na pluralidade que caracteriza a Psicologia Clínica.. Espera-se, a partir desta pesquisa, contribuir para a elaboração de intervenções futuras com esse público.

2.2 Justificativa Teórica

2.2.1 Trabalho e Desemprego

O trabalho aqui é entendido como um termo polissêmico que exige pesquisa continuada frente às transformações velozes que o mundo do trabalho experimenta (Santos, 2000). Compreende-se o trabalho como central para o ser humano, acompanhando as abordagens de autores como Christophe Dejours (1992) e Wanderley Codo (2004), que apesar de distintas quanto ao lugar do trabalho frente ao adoecimento psíquico, possuem em comum a sua centralidade. O conceito do trabalho como elemento importante e fundamental para a vida humana contemporânea, ajuda a traduzir o sentimento dos desempregados que, de alguma forma, foram abordados nos estudos de Santos (2000), Abs da Cruz et al (2004), Coutinho e Jacques (2004), Ackermann et al (2005) e Terra et al (2006).

O desemprego é um fenômeno complexo e recente como categoria de representação, tendo suas origens, segundo Gaudié (1998) no lugar que o pobre ocupava na idade média, tanto social quanto geograficamente. A construção dessa categoria de representação obedeceu a uma verdadeira invenção, que conforme esse autor, obteve somente a partir da década de 30 um *status* definido.

No entanto, é com as novas tecnologias, a partir da década de 90, que ocorre uma aceleração da desqualificação do trabalhador como um fator associado, pela velocidade das transformações no mundo do trabalho. Uma das crenças atuais é de que a falta de qualificação é a responsável pelo grande número de desempregados, acarretando não só investimentos do governo em programas de qualificação, mas também trazendo efeitos na subjetividade do trabalhador. O discurso ideológico de que o desemprego é causado pela falta de qualificação provoca no desempregado o duplo

sofrimento de se ver por um lado privado materialmente e por outro lado, responsável pelo seu próprio desemprego (Barbara, 1999).

O termo desemprego remete à situação de não-emprego. No entanto, a condição de trabalho não se equivale à condição de emprego. O emprego superaria a atividade de trabalho, não só para uma atividade assalariada, mas também compreenderia todos os elementos que a acompanham: “reconhecimento de qualificação, acesso à formação contínua, condições de higiene e segurança e participação coletiva” (Férreol citado por Santos, 2000. p. 54). Um exercício interessante, segundo Santos (2000), para a compreensão do desemprego é o acesso às várias definições de emprego que o senso-comum se utiliza. Nessa perspectiva, a partir do latim *implicare*, ele enumera os seguintes sentidos: emprego como dar uso ou aplicação, fazer uso, dar colocação, aplicar, gastar, entre outros. Em qualquer um destes itens o desemprego aparece como a impossibilidade do uso, da aplicação, sinalizando os sentidos de desvalia que ele pode ter ao desempregado, gerando sofrimento.

A falta de perspectiva de resolução do estado de desemprego, ultrapassa a condição de falta de renda. Estabelecendo não só condições favoráveis à instalação e manutenção de diversas psicopatologias, como também, produzindo um estado de sofrimento específico do desemprego. Isto pôde ser observado nos relatos apresentados por Monteiro e Abs da Cruz (2007).

O desenvolvimento de condições favoráveis à inserção no mercado de trabalho, foi preocupação de Carlotto, Gobbi e Reichert (2001) no seu estudo com jovens desempregados. Assim como o trabalho de Sarriera, Camara e Berlim (2000), que também estudaram o desemprego juvenil, estas pesquisas foram realizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre. Elas possuem o mérito de estabelecer estudos pioneiros da Psicologia sobre o desemprego nessa região.

Paralelamente, o estudo de Abs da Cruz et al (2004) apontou a existência de um sofrimento psíquico causado pelo desemprego, a partir de 30 entrevistas, analisadas qualitativamente, com desempregados em atendimento psicológico na agência da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social / Sistema Nacional de Empregos (FGTAS/SINE) de São Leopoldo. Os relatos remetem ao processo descrito por Bauman (2005) sobre o desemprego na contemporaneidade, quando destacam o sentimento de menos valia que vivem na busca de vagas. Este autor foi escolhido como articulador destas reflexões por perceber o desempregado como um excedente, um “redundante”, que seria diferente da tradicional compreensão de desempregado. Na visão dele, o prefixo “des” aponta para uma situação anormal que tende a se restabelecer como normal. O desemprego teria, então, uma tendência constante a ser uma situação transitória. No entanto, essa situação tem sido na contemporaneidade apresentada num grau tal de permanência que nos faz distanciar de uma idéia de transitoriedade. Essa permanência é denunciada e destacada nas pesquisas atuais com o termo “desempregados de longa duração” (Kendall, Bronwyn & Thompson, 1998; Lima & Borges, 2002; Stankunas et al, 2006). Segundo esse autor, podemos dizer que os trabalhadores não são mais rejeitados por algum motivo de desqualificação. Eles são rejeitados e descartados pelo simples fato de serem redundantes. Essa outra perspectiva do desemprego contemporâneo vem ao encontro da experiência cotidiana de se sentir redundante - “um lixo” - sem uma causa específica.

Compreende-se, também, que a condição de desemprego interfere na vida do desempregado como um todo, ou seja, mesmo nos momentos em que a pessoa não está desenvolvendo as tarefas específicas de busca pelo emprego, está envolvida com a situação do desemprego. Tumolo e Tumolo (2001) percebem que as preocupações com o desemprego geram interferências nas outras atividades desenvolvidas durante o dia e a

noite dos desempregados, já que afetam a forma como se relacionam com outras pessoas, também prejudicando as horas destinadas ao descanso.

As relações entre desemprego e saúde mental são salientadas nos discursos dos desempregados encontrados nos trabalhos de Santos (2000), Abs da Cruz et al (2004), Coutinho e Jacques (2004), Ackermann et al (2005) e Terra et al (2006). Estas observações vão ao encontro de estudos recentes que apontam abundantemente o desemprego como relacionado a desfechos clínicos como a depressão (Gallo et al, 2006; Price, Choi e Vinokur, 2002; Stankunas et al, 2006; Szwarcwald et al, 2005; Villamil et al, 2006) ansiedade (Comino et al, 2000; Comino et al, 2003; Stankunas et al, 2006; Syed et al, 2006), baixo sentimento de bem-estar (Carrol, 2007; Flatau, Galea & Petridis, 2000; Kennedy & McDonald, 2006; Strandh, 2000) e o transtorno bipolar (Bowden, 2005; Lima et al, 2005), entre outras patologias. No entanto, encontramos a revisão de literatura conduzida por Santana (2006) corroborando a idéia de que existem poucos estudos, em geral, sobre saúde e desemprego no Brasil. Essa autora utilizou-se da base LILACS e do portal CAPES para estudar as tendências de produção de teses e dissertações sobre saúde do trabalhador no Brasil. Ela encontrou 1.025 trabalhos, e concluiu chamando a atenção para o pequeno número de estudos sobre o desemprego, o câncer e suas relações com a ocupação, e a saúde de trabalhadores da construção civil.

2.2.2 Clínica e Trabalho

É necessário que as reflexões sobre a saúde mental do desempregado se façam para além de uma perspectiva epidemiológica, evidenciando a necessidade de uma Clínica Psicológica que se amplie nas forças e tensões que compõem o trabalho humano contemporâneo, dando conta dos seus efeitos. No entanto a ausência que existe da categoria trabalho na prática clínica pode ser compreendida como uma fragilidade no

entendimento e tratamento de diversas psicopatologias. O que se compreende, então, é que as ações entre a Clínica Psicológica e o trabalho deveriam ser mais articuladas (Jacques & Codo, 2002).

O termo “Psicologia Clínica” apesar ser difundido na década de 1890, na Alemanha, Estados Unidos e França, só é resgatado anos mais tarde quando Daniel Lagache, na França, em 1949, profere uma conferência na Sorbonne intitulada “*Psychologie clinique et methode clinique*”. Ele define a Psicologia Clínica a transformando em uma disciplina universitária que tenta compreender procedimentos da Psicologia diferencial, do desenvolvimento, da psicanálise e experimental, ao mesmo tempo em que tenta instituir certa autonomia em relação a essas áreas. A definição de Lagache (1949) é de uma Psicologia Clínica que deveria propor uma abordagem mais completa do ser humano e de um campo de prática e pesquisa mais amplo que o da psicanálise (Ciccone, 2000).

A partir da definição de Lagache (1949), já é possível compreender o caráter revolucionário que essa disciplina obteve desde sua criação. No entanto, atravessou os anos da modernidade preocupada na operação das diversas psicopatologias, centrada no indivíduo, um tanto quanto distante dos processos sociais que iam compondo seus pacientes, como o próprio mundo do trabalho. Passos e Barros (2003) pensam a clínica a partir de um processo de desestabilização de tudo que era conhecido como tradicionalmente posto no campo da clínica, e de alguma forma resgatam aquele caráter revolucionário que um dia ela já teve. Objetos, teorias e territórios demarcados se pulverizam com a contemporaneidade, e esses autores propõem que, a partir deles, possa emergir o que nomearam como o “plano da clínica”, onde as dicotomias dão lugar aos híbridos e à invenção de novos problemas e estratégias de ação. Esses autores não dispensam a técnica, mas apresentam essa dimensão pragmática da clínica mais como

“um processo constante de invenção de estratégias de intervenção em sintonia com os novos problemas constituídos.” (Passos & Barros, 2003. p.85)

A Clínica do Trabalho se apresenta como uma alternativa de aproximação entre a Psicologia Clínica e a Psicologia do Trabalho. Seu precursor foi Le Guillant (Lima, 2006), ao estudar a neurose das telefonistas. Pesquisa retomada por Dejours (1992) que colocou em estudo, a Psicopatologia do Trabalho. Tal problematização hoje é defendida por autores, como Codo (2004), que possibilitam compreender tanto a produção do sofrimento psíquico no trabalho, quanto as estratégias utilizadas pelos trabalhadores, na sua resistência a ele.

É a busca por articuladores teóricos que trouxessem, à luz da clínica, a problemática do desemprego que pautou a pesquisa e as reflexões aqui apresentadas. A escassez de trabalhos dedicados ao tema e as fronteiras rígidas dos campos de atuação do psicólogo, onde a Psicologia Clínica não poderia ter o desemprego como foco de pesquisa e intervenção, apresentaram-se como desafios a serem vencidos.

A construção do problema de pesquisa perpassou esses desafios e veio a constituir a necessidade de compreender melhor as práticas exercidas pelos psicólogos na clínica. O entendimento desses profissionais a respeito do que é o trabalho e o desemprego e de como poderiam intervir frente a ele problematizam os lugares possíveis do psicólogo e tensionam os limites que o projeto de clínica pode ter na contemporaneidade.

2.3 Objetivos

O objetivo principal deste estudo é compreender as práticas clínicas de psicólogos frente ao sofrimento psíquico causado pelo desemprego. Teve como

objetivos específicos, descrever como o trabalho e o desemprego estão sendo entendidos pelos psicólogos clínicos e que intervenções estão sendo produzidas por eles.

2.4 Método

2.4.1 Delineamento

Esta pesquisa é um estudo de caráter exploratório e descritivo. Utiliza-se de uma perspectiva qualitativa para o desenvolvimento dos objetivos propostos. Seu planejamento foi flexível possibilitando o alcance a questões variadas da clínica frente o desemprego e isto pode proporcionar aos estudos posteriores a constituição de hipóteses e à familiarização com o tema (Gil, 2002).

Dessa forma, essa pesquisa foi delineada a partir do que Denzin e Lincoln (1998) apontaram como sendo uma atividade que situa o pesquisador no mundo, esta consistiria num conjunto de práticas interpretativas que transformam o mundo em uma série de representações. Essas representações são o rico material que compreende esta pesquisa. A problematização proposta também apontou para os complexos processos que envolvem a subjetividade e a condição de desemprego aproximando este estudo aos desenvolvidos sobre subjetividade e trabalho (Jacques, 2003).

2.4.2 Participantes

Participaram 8 psicólogos clínicos, conforme tabela 1, possuindo de 2 a 27 anos de formados, 2 a 20 anos de prática clínica, com idades variando entre 27 e 52 anos, sendo 7 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Em 5 deles a prática clínica é de caráter particular em consultório próprio ou alugado, 1 deles a prática é na rede pública de saúde, 1 trabalha em convênio com empresas, e 1 atua clinicamente numa organização não-governamental. Quanto às orientações teóricas, 3 afirmaram seguir

orientação psicanalítica, 2 atuam com a terapia cognitiva-comportamental, 1 com a psicoterapia transpessoal, 1 com orientação humanista e 1 de orientação esquizoanalítica.

Tabela 1 – Descrição dos participantes

Participante	Sexo	Idade (anos)	Formação (anos)	Prática clínica (anos)	Orientação teórica
1 (p1)	Feminino	52	27	20	Psicanálise
2 (p2)	Feminino	32	08	07	Psicanálise
3 (p3)	Feminino	30	07	05	Cognitivo-comportamental
4 (p4)	Feminino	40	10	08	Esquizoanálise
5 (p5)	Feminino	47	15	15	Transpessoal
6 (p6)	Feminino	29	05	05	Psicanálise
7 (p7)	Feminino	28	04	04	Humanismo
8 (p8)	Masculino	27	02	02	Cognitivo-comportamental

A pesquisa foi realizada na região metropolitana de Porto Alegre, em 2007, e os participantes foram selecionados entre os profissionais registrados no Conselho Regional de Psicologia (CRP/07) do Rio Grande do Sul. O convite foi realizado por conveniência e os participantes foram contatados através de instituições de formação e por indicação dos colegas. A partir do sexto participante observou-se a repetição e posterior saturação no conteúdo das respostas, sendo concluída a coleta dos dados, então, com 8 participantes, conforme indicação de Gil (2002) e Flick (2004). Foram utilizados como critérios de inclusão estar regularmente inscrito no CRP/07 há, no mínimo, dois anos e possuir formação na área clínica e/ou estar atuando na clínica há no mínimo dois anos. O fato de atenderem ou não desempregados foi desconsiderado, por compreender que a temática desemprego está presente em variadas situações clínicas, podendo ser parte de relatos de trabalhadores empregados ou mesmo de familiares de desempregados.

2.4.3 Procedimentos Éticos

Por ocasião da realização da entrevista, os psicólogos foram convidados a participar na pesquisa sendo claramente informados de que sua contribuição ao estudo

era voluntária e poderia ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo. Também preencheram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Informado. Todos os cuidados foram tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes. Foram disponibilizados aos participantes os resultados desta pesquisa e observadas as questões éticas inerentes à pesquisa com seres humanos conforme previsto na Resolução do Ministério da Saúde nº 196/96 (Conselho Federal de Psicologia, 1999). Esta pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e aprovada sob número CEP 07/039.

2.4.4 Procedimentos de Coleta de Dados

2.4.4.1 Contato com os participantes

Os participantes foram contatados, inicialmente, por indicação das entidades de formação e, posteriormente, por indicação dos colegas já entrevistados. Foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa e com aqueles que aceitaram, foi realizada a entrevista. Um psicólogo contatado recusou-se a ser entrevistado, alegando não ter tempo.

2.4.4.2 Descrição do local de obtenção dos dados

As entrevistas foram agendadas e realizadas nos locais de consulta dos participantes. Isto ocorreu a pedido deles, o que só aconteceu após ter sido garantido o sigilo e a ininterrupção do processo. Os dados foram registrados em gravação de voz e após, transcritos.

2.4.4.3 Instrumento: Entrevista

A abordagem metodológica incluiu o uso da entrevista de forma semi-estruturada. As questões que nortearam a entrevista foram desenvolvidas a partir dos objetivos propostos e compreenderam o entendimento, na prática clínica, do trabalho, do desemprego e das conseqüências destes para o sujeito/paciente. Também foram questões as intervenções utilizadas frente esse fenômeno, o quanto a teoria ajudava nelas, e o que o psicólogo apontava como razões para a pessoa permanecer desempregada sem conseguir realocação. Proposições de como a Psicologia poderia intervir frente a esse fenômeno foi a última questão.

Marshall e Rossman (1999) apresentam a entrevista como uma conversa com um propósito. Salientam a importância da entrevista em pesquisas qualitativas, nas quais o pesquisador explora vários tópicos respeitando a maneira como os participantes estruturam suas respostas e compreendem os fenômenos.

Foi realizado um estudo piloto envolvendo dois participantes, a fim de adequar as questões norteadoras e corrigir possíveis erros e omissões na elaboração das perguntas. Os dados e os participantes do estudo piloto não foram considerados nos resultados e na análise do estudo final.

2.4.5 Procedimentos de Análise dos Dados

Para análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin, 1977) buscando-se a partir do registro das entrevistas, unidades menores de sentido. Após, foram construídas categorias que sinalizassem a compreensão dos participantes sobre os tópicos pesquisados.

Outros estudos sobre o mundo do trabalho inspiraram-se na análise de conteúdo (Coutinho, 2006; Kissmann, 2005). Utilizaram também dados complementares e informações que ampliaram as discussões sobre os resultados encontrados.

O método consiste em três fases: descrição dos enunciados discursivos, inferência de hipóteses e categorias e interpretação, por fim, dos resultados encontrados pela dedução sobre elementos simbólicos e valorativos (Bardin, 1977). As fases foram realizadas pelo pesquisador da entrevista e não houve juízes.

2.5 Resultados e Discussão

A partir do registro das entrevistas, foram sinalizados os enunciados, separados em unidades de sentido e após, agrupados em categorias, conforme a tabela 2. Os enunciados foram agrupados em quatro temáticas, elaboradas a partir dos discursos: Trabalho, Desemprego, Intervenções sobre o desemprego na clínica e Lugar da Psicologia frente o desemprego. Em cada uma delas os conteúdos possuem subcategorias. A interpretação de cada categoria ocorreu da relação desta com os referenciais teóricos pesquisados e com o problema de pesquisa. Ou seja, para cada temática, foram realizados dois exercícios de interpretação: um relacionando-a a teoria e outro, posterior, considerando as suas implicações para as práticas clínicas pesquisadas. A seguir apresenta-se a descrição e discussão de cada temática.

Tabela 2

Descrição das categorias mencionadas.

Categorias	Participantes
Trabalho	
Trabalho Como Necessidade	
Sobrevivência	p1 p3 p7
Desenvolvimento Pessoal	p1 p5 p6
Bem-estar Psicológico	p1 p2 p3 p4 p7 p8
Trabalho como Sofrimento	
Impacto nas relações afetivas/familiares	p2 p3 p5 p6 p7
Impacto nas condições físicas/emocionais	p1 p2 p4 p5 p6 p7 p8
Desemprego	
Vivências positivas do desemprego	
Mudança de vida	p1 p3 p7
Autonomia	p1 p2
Vivências negativas do desemprego	
Desamparo	p1 p3 p7
Exclusão	p2 p3 p4 p6
Falta de perspectiva	p1 p3 p6
Medo	p1 p3 p5 p7 p8
Despotencialização de capacidades	p2 p6 p8
Causas do desemprego	
Externas ao trabalhador	
Condições do mercado	p1 p3 p5
Falta de qualificação	p1 p4 p5 p7 p8
Desemprego como questão social	p1 p3 p5 p7
Referentes ao trabalhador	
Experiências negativas anteriores	p3 p5
Não procura por qualificação	p1 p4
Desistência de oportunidades	p4 p6
Intervenções sobre o desemprego na clínica	
Intervenções que excluem o trabalho	
Busca de outros fatores	p4 p6
Intervenções que contemplam o trabalho	
Escuta do sofrimento	p2 p4 p5 p7 p8
Uso de terapias associadas	p5 p6 p8
Auxílio na reinserção no mercado de trabalho	
Orientação/planejamento de carreira	p2 p3 p4 p7 p8
Questionamentos sobre busca de vaga	p1 p2 p3 p4 p5 p6 p7 p8
Lugar da Psicologia frente o desemprego	
Psicologia como prevenção	
Orientação profissional/vocacional	p1 p3 p5 p6 p7 p8
Qualificação das seleções/avaliações	p2 p3 p5 p6
Agente transformador nas organizações	p3 p5 p8
Psicologia como tratamento	
Escuta clínica	p1 p2 p4 p5 p7
Psicologia como ação política	
Conscientização política da população	p1 p4 p6 p8

Trabalho

Nesta temática encontram-se todos os conteúdos manifestos pelos participantes referentes às vivências e concepções do mundo do trabalho, excluindo-se os diretamente relacionados ao desemprego, que foram alocados em categoria distinta. As concepções relatadas puderam ser descritas a partir de duas categorias: o trabalho como necessidade e o trabalho como sofrimento.

O trabalho como necessidade foi abordado pelos participantes como sendo fonte de três elementos: sobrevivência, desenvolvimento pessoal e bem-estar psicológico. A sobrevivência se refere às afirmações dos participantes p1, p3 e p7, sobre o trabalho como fonte principal de subsistência - *“O trabalho não é um lazer, é subsistência. Se não trabalhar, vai viver do que?”* (p3).

O desenvolvimento pessoal se refere às redes de relação, convívio e inserção social que se estabelecem a partir do trabalho. Estas relações foram relatadas como essenciais pelos participantes p1, p5 e p6 ao desenvolvimento pessoal do indivíduo - *“(...) no trabalho (...) teus colegas às vezes se estendem como amigos. O trabalho se estende para além da firma e vira festa, convivência. Sem a firma, você não percebe nada das suas potencialidades.”* (p5).

O bem-estar psicológico agrupa sentimentos como auto-estima e autoconfiança dos indivíduos nas suas capacidades. Sentimentos estes compreendidos como importantes, pelos participantes p1, p2, p3, p4, p7 e p8, e sendo advindos da relação do homem com o seu trabalho - *“Eu sinto também que tem um sofrimento intenso quando começa apresentar problemas com relação ao trabalho e que mexe diretamente com a sua percepção da sua capacidade. Como se começasse a não perceber, a não acreditar,*

a não visualizar a sua capacidade como pessoa, e conseqüentemente como profissional” (p7).

O trabalho como sofrimento refere-se ao impacto, causando intenso sofrimento, nas: relações familiares e sociais, segundo p2, p3, p5, p6 e p7 - *“Ele (paciente) tem problemas com o chefe, com os colegas... sabe? Então chega em casa e briga com a mulher.”* – (p2), e nas condições físicas e emocionais, conforme os enunciados de p1, p2, p4, p5, p6, p7 e p8 - *“O stress e o abalo com as condições de trabalho é tanto hoje em dia, que gera problemas sérios até na saúde física.”* (p5).

Os resultados encontrados apontaram para vivências do trabalho que se fazem relativas, principalmente, à necessidade e ao sofrimento. Vivências estas compreendidas como desprovidas de prazer - *“O trabalho é mais um fator de ansiedade do que propriamente dito um fator de prazer”* (p3).

Assim como os relatos dos participantes, as concepções correntes de trabalho também fazem referência ao sofrimento, devido à origem do termo em *tripalium*. Santos (2000) destaca que ele possui dois significados: instrumento de três pés destinado a torturas e o lugar onde se colocam os bois para serem ferrados. Ele também destaca que o trabalho sempre teve um caráter de castigo, tortura e sofrimento. Santos (2000) é um autor que também aponta a subsistência como um sentido corrente dado ao trabalho.

O impacto nas relações familiares e sociais, expresso pelos psicólogos entrevistados, também é descrito por esse autor. A família, para os desempregados entrevistados por ele, ora é fator de apoio ora de acentuação de conflitos. Os impactos nas condições físicas e emocionais foram relatados por ele como vergonha, impotência sexual, culpa, solidão, humilhação, tristeza e depressão (Santos, 2000) . Os psicólogos apresentaram também relatos envolvendo esses sentimentos - *“(...) tem vergonha de*

tudo, até de trazer o currículo.” (p1) - (...) chega um momento que não conseguem mais se sentir gente, chegando a ficarem com doenças físicas mesmo.” (p4) - “(...) sente angústia todo dia, por estar desempregada ” (p3).

As necessidades descritas, de sobrevivência, desenvolvimento pessoal e bem-estar psicológico, numa análise dos enunciados, também podem ser hierarquizadas. A sobrevivência aparece nos enunciados como um nível de subsistência, sem o qual não podem ocorrer nem o desenvolvimento pessoal e nem o bem-estar psicológico. O desenvolvimento pessoal aponta a diversas formas de relacionamento interpessoal, convívio e inserção numa rede social que o trabalho propicia. O bem-estar psicológico, pode ou não ocorrer com a existência das duas categorias anteriores, pois se refere ao desenvolvimento da auto-estima, principalmente, como consequência do reconhecimento do trabalho, do sentido do trabalho, da subsistência garantida e do bom relacionamento interpessoal - *“A mulher reclama e os filhos também de não terem as coisas e ele se percebe cada vez menos homem.” (p5).* Este enunciado exemplifica a cadeia descrita, pois ele só se percebe menos homem, uma característica da auto-estima, a partir dos efeitos na rede familiar, mulher e filhos, da falta de condições de sobrevivência (“não ter as coisas”).

Santos (2000) sustenta que quatro tipos de violência estão presentes na sociedade: de ordem econômica, caracterizada pela sustentabilidade; de ordem social, no que tange à briga dos indivíduos por um lugar no mundo; de ordem psicológica, relativa às imagens ideais que se tem e a realidade objetiva; e de ordem simbólica, pela valorização dos mais fortes e rejeição dos mais fracos e vulneráveis. Tal descrição nos permite compreender que quando não se tem trabalho, e ao extinguir-se uma fonte de sobrevivência, desenvolvimento pessoal e bem-estar psicológico, categorias descritas pelos participantes, o indivíduo acaba por se encontrar exposto às violências sinalizadas

por Santos (2000). Nesse sentido é que o trabalho, como fonte dessas categorias, foi entendido aqui como uma necessidade do indivíduo.

O trabalho como sofrimento e o trabalho como necessidade não são categorias excludentes entre si, tanto que todos os participantes apontaram aspectos das duas, o que pode implicar na vivência do trabalho como algo necessário, imprescindível e ao mesmo tempo sofrido. Outra implicação são as intervenções frente a essa vivência, que ao mesmo tempo em que tentam restituir o trabalho, porque o entendem como necessário, tentam minimizar seus efeitos, porque compreendem que os mesmos são danosos.

Desemprego

Nesta temática estão os conteúdos manifestos pelos participantes como vivências e concepções do desemprego percebidos nas suas práticas clínicas. Os conteúdos referem-se a: vivências de caráter positivo do desemprego, vivências de caráter negativo do desemprego e causas do desemprego.

As vivências de caráter positivo do desemprego são percepções de experiências do desemprego apontadas como sendo benéficas ao desenvolvimento do sujeito. São vistas como: agente de mudança na vida dos pacientes, pelos participantes p1, p3 e p7 - “(...) *tem gente que fica desempregada e não se atira ao mar, muda de vida e vai em busca de outra profissão que lhe dê algum lugar ao sol*” (p7) e/ou como gerador de autonomia, pelos participantes p1 e p2 - “(...) *e tem muita gente que aprende a se virar sozinha, sem patrão e acha isso muito bom.*” (p2).

As vivências de caráter negativo do desemprego estão relacionadas às percepções dos entrevistados sobre o desemprego como fonte de sofrimento e psicopatologias. O desemprego é visto por p1, p3 e p7 como uma vivência de desamparo - “(...) *eu vejo o*

desemprego como um intenso desamparo, estão todos como abandonados. O patrão, os colegas, e até a família às vezes abandona.” (p7), por p2, p3, p4 e p6 como sendo de exclusão – *“(...) então não faz parte de mais nada e ninguém te chama para sair, ou para conversar. Isso fica mais grave quando acham que tu é o culpado (pelo desemprego).”* (p2), por p1, p3 e p6 como de falta de perspectiva – *“(...) acho que é como perder o chão, sem saber para onde ir ou o que fazer com a sua vida, pelo menos assim eu tenho escutado na clínica.”* (p6), por p1, p3, p5, p7 e p8, como vivência intensa de medo e receio – *“tem medo de entregar currículo, de receber não e de voltar pra casa, parecem ter medo de tudo.”* (p3) e por p2, p6 e p8, como despotencialização de capacidades – *“Na minha prática a gente vê que um anúncio num jornal representa mais de cem currículos e ele coloca o currículo ali já de forma negativa, com menos valia. Ele não tem mais confiança nas suas potencialidades.”*(p2).

Os conteúdos referentes às causas apontadas pelos participantes para se ficar e permanecer desempregado agrupam-se em: causas externas ao trabalhador e causas referentes ao trabalhador. As causas externas ao trabalhador são as condições adversas do mercado de trabalho, sinalizadas nos enunciados de p1, p3 e p5 – *“às vezes, procuram vaga por meses (...) tenho um paciente que está desde o ano passado me trazendo jornais, e não tem vaga para a área dele.”* (p3), falta de oportunidade de formação e qualificação, segundo p1, p4, p5, p7 e p8 – *“Desempregadas, muitas pessoas não têm recursos financeiros e sequer motivação para realizarem cursos de aperfeiçoamento, ficando assim à margem do mercado de trabalho.”* (p5) e o desemprego como uma questão social de difícil solução. Esta última é marcada pela indefinição, pelos participantes p1, p3 p5 e p7, que quando questionados melhor a respeito, somente a remetem à sociedade – *“(...) é porque sociedade e governo têm uma boa parcela de responsabilidade.”* (p5) - *“(...) acho que é uma questão social”* (p1).

Quanto às causas referentes ao trabalhador surge: nos conteúdos dos participantes p3 e p5, as experiências anteriores negativas com o trabalho – “(...) *as pessoas têm dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho por conta das outras experiências que não foram assim muito boas.*” (p3), nos enunciados de p1 e p4, a não procura por formação e qualificação - “(...) *tem os que mesmo tendo chance, não procuram um aperfeiçoamento*” (p1) e pelos participantes p4 e p6, a desistência de vagas “(...) *eles (desempregados) entregam o currículo, mas não vão mais atrás, não acreditam em si e logo desistem de procurar (vagas)*”. (p6)

A descrição das vivências que o trabalhador experiencia com o desemprego, se fazem marcadas por um forte caráter moral: vivências boas, quase um bom desemprego e vivências ruins, sentidas na experiência de um mau desemprego. Para evidenciar esse aspecto, as categorias foram divididas em vivências positivas e negativas do desemprego. A compreensão moral do desemprego remete à sua construção, quando a partir do liberalismo, a vagabundagem transforma-se em um ato voluntário e por isso, um delito social, passível não mais só de assistência, mas também de repressão. Essa dicotomia entre assistência e repressão é percebida já no advento dos primeiros escritórios de empregos na Inglaterra, responsáveis em fazer a triagem entre os bons e os maus sem emprego. Os primeiros, bons desempregados, são frutos da conjuntura econômica e os segundos ou não são “empregáveis ou são preguiçosos, e dependem, por isso, da assistência ou da repressão” (Gautié, 1998. p.75). O caráter moral exposto pelos entrevistados remetem o mau desemprego à uma vivência de desamparo, exclusão, falta de perspectiva, medo, receio e despotencialização de capacidades. Os aspectos positivos desta condição são relatados como aqueles desempregados que conseguem mudar de vida, mudando de profissão principalmente, e/ou aqueles que se tornam autônomos, fugindo da relação assalariada de trabalho.

A compreensão moral da vivência do desemprego e a conseqüente divisão entre um bom desemprego e um mau desemprego vão ter efeitos na construção das práticas clínicas. Estas, além de transitar entre a recondução ao emprego e a atenção aos efeitos dele, vão compreender “recompensas” aos que respondem positivamente, seja investindo em outras carreiras, seja investindo na autonomia, assim como estratégias repressivas aos que respondem negativamente.

As causas apontadas pelos participantes para se ficar e permanecer desempregados também obedeceram a uma ordem moral de categorização, em relação direta com as vivências positivas e negativas, já discutidas. O desemprego causado por fatores exteriores ao trabalhador como as condições do mercado de trabalho e a falta de oportunidade de formação e qualificação, não imputam culpa ao trabalhador por seu desemprego, muitas vezes, de longa duração. No entanto, as causas apontadas como referentes ao trabalhador, remetem a ele a responsabilidade por sua condição de desempregado, limitando-se a explicar que eles passam a não acreditar mais em si e por isso desistem das vagas e da qualificação. A relação entre as causas e a vivência do desemprego se dá por aqueles que “vencem” as causas e mudam de vida e se estabelecem com autonomia, e aqueles que “perdem” e desistem da busca de emprego, vivenciando o medo, a exclusão e o desamparo. Santos (2000) também aponta essa relação entre os sentimentos de vencer e perder que o desempregado vivencia e a percepção de si como um vencedor, que subitamente se torna um perdedor.

Intervenções sobre o desemprego na clínica

A execução das intervenções compreende os conteúdos manifestos pelos participantes que descrevem como operacionalizam a intervenção sobre a queixa do paciente, referente ao desemprego, e agrupam-se em duas categorias: Intervenções que excluem o fator “trabalho” e Intervenções que o contemplam.

As intervenções que excluem o fator “trabalho” foram identificadas como aquelas referentes à busca de outros elementos ligados à queixa do paciente. Essa busca, apontada por p4 e p6, ocorre com o sentido de que outros aspectos da vida do sujeito possam justificar o sofrimento relatado, sem que estes estejam diretamente relacionados ao trabalho – “(...) *tento avaliar todo o contexto da pessoa, porque tem coisas que podem ser do momento e de outras coisas que ele tá vivendo.*” (p6).

A análise dessas intervenções destaca que a busca de outros fatores ocorre mesmo nas queixas relacionadas diretamente ao trabalho. No manejo destas, os psicólogos entrevistados buscam, em alguns casos, outras razões e motivos, como por exemplo, desentendimentos familiares e eventos estressores, sobre os quais irão intervir. Vasques-Menezes (2004) aponta também essa prática e critica a forma como, muitas vezes, as queixas emitidas pelos pacientes referentes a experiências vivenciadas na relação com o trabalho são ignoradas. Essa ausência, segundo Jacques e Codo (2002), da categoria trabalho na prática clínica pode ser compreendida como uma fragilidade no entendimento e tratamento de diversas psicopatologias. Codo (2004) também descreve essa busca do terapeuta por razões para as patologias que encontra na clínica, e critica, de igual forma, o descaso com que se ignora o trabalho como um fator de risco importante na produção e desencadeamento delas.

As intervenções que contemplam o fator “trabalho” foram descritas, pelos participantes, a partir da compreensão relatada por eles da vivência do trabalho como singular e particular de cada paciente. Foram agrupadas em: a escuta do sofrimento, a indicação de terapias associadas e o auxílio na reinserção no mercado de trabalho.

A escuta do sofrimento compreende o acolhimento do sofrimento relatado pelos pacientes p2, p4, p5 e p6 – “(...) *penso em primeiro lugar na escuta, em acolhimento, porque as pessoas chegam geralmente muito abaladas, muito desacreditadas*” (p2).

Nas intervenções que contemplam o trabalho percebe-se que as respostas são de conteúdo generalista, como entendem a escuta. Ela aparece mais como acolhimento passivo, do que como uma intervenção formalmente construída.

A indicação de terapias associadas, pelos participantes p5, p6 e p8, compreende o uso de outras intervenções em associação com a psicoterapia, como o uso de medicamentos, ginástica, dança e yoga - *“(...) eu mandei ela para um psiquiatra tomar medicação e ela não quis. Me disse que tomar remédio não ia dar emprego para ela, se não ter o que fazer era o que deixava ela deprimida”*. (p6).

O auxílio na reinserção no mercado de trabalho foram as intervenções mais relatadas, que por sua vez, compreendem os questionamentos sobre busca de vaga e a orientação/planejamento de carreira. Os questionamentos são inquirições freqüentes executadas por todos os participantes, aos pacientes desempregados, com o fim de os pressionarem à busca de vagas. A orientação/planejamento de carreira compreende, segundo os enunciados de p2, p3, p4, p7 e p8, a reorganização do sentido profissional, organização de currículos, indicação de locais com vagas abertas, “dicas” de entrevista e orientação vocacional. A obrigação que o paciente tem em trabalhar, e os conteúdos da primeira temática, o trabalho como sofrimento e como necessidade, vão se evidenciar mais fortemente nestas intervenções - *“Tenho uma paciente, outra que tô lembrando, que largou o emprego e eu é que fico angustiada com a subsistência dela. Ela tá bem tranqüila.”* (p1). O bom e o mau desemprego, já discutidos, aqui aparecem com mais ênfase, na elaboração dessas intervenções relatadas, e as estratégias de assistência parecem se atualizar mais fortemente nas práticas de orientação e planejamento de carreira - *“(...) lemos juntos os classificados”* (p2) - *“Eu estimulo para que mudem de ramo, busquem suas potencialidades.”* (p3) - *“(...) o meu papel talvez seja mostrar como a pessoa está se posicionando nesse momento, talvez mostrar também outras*

alternativas as quais ela possa recorrer, dar algumas dicas de como se encontra o mercado de trabalho, dar algumas dicas do que seria necessário para um preparo pessoal para se reinserir no mercado, um incentivo.” (p7). Ao mesmo tempo, lançam mão de questionamentos, como inquéritos freqüentes, sobre a busca de vaga e a procura por formação, o que sugere o uso de estratégias repressivas e coercitivas - “(...) eu questiono se tá buscando outra colocação. Pergunto se tá se movimentando.” (p1) - “Pergunto tu tá fazendo curso? Cadê teu currículo?” (p2) - “(...) ela saía daqui e ia largar currículo. Eu perguntei se era antes ou depois da sessão, ela disse que depois, para ter algo para responder na hora que eu pergunto se procurou vaga essa semana. Acho que funcionou.” (p7).

Essas intervenções foram relatadas como freqüentes pelos participantes e atualizam as estratégias, tanto de assistência como de repressão, que se tem feito desde a constituição do desemprego (Gautié, 1998). O modo como se lida com essa questão, apresentado nas práticas aqui descritas, aproxima-se muito mais como reprodução das estratégias já desenvolvidas para se lidar com a questão social do desemprego nos últimos séculos, do que com uma invenção de novas práticas que contemplem o sofrimento que o desemprego tem produzido na contemporaneidade.

Lugar da Psicologia frente o desemprego

As ações da Psicologia frente o desemprego, relatadas pelos participantes, puderam ser compreendidas em três grandes subcategorias: as ações de prevenção, ações de tratamento e ações políticas. As ações de prevenção descrevem as atividades que podem ser desenvolvidas pelos psicólogos: através da orientação profissional/vocacional, segundo p1, p3, p5, p6, p7 e p8 – *“Primeiro, de forma bem primária, dentro das escolas. Orientando como é o mercado e a vida profissional.”* (p5) pela qualificação das seleções/avaliações psicológicas, segundo p2, p3, p5 e p6 – “(...)

melhorando as seleções, aplicando os testes corretamente e sendo éticos, avaliando as pessoas pelo que realmente importa para o cargo.” (p6) e, conforme os enunciados de p3, p5 e p8, como agente transformador nas organizações, desenvolvendo intervenções que transformariam o sentido do trabalho para os trabalhadores, como seminários e palestras – *” Incitando os profissionais a pensarem sobre suas funções, e o devido prazer encontrado no trabalho, instigando e levando a valorização do trabalho como fonte de prazer e conquistas pessoais.”* (p8).

As ações de tratamento incluem as atividades de escuta, nos ambientes clínicos e organizacionais, com o fim de minimizá-lo. A escuta, pelos participantes p1, p2, p4, p5 e p7, caracteriza-se pelo acolhimento do sofrimento relacionado ao trabalho – *“(…) acolhendo as angústias, medos e dificuldades que aparecem, mesmo em espaços dentro das empresas.”* (p7)

As ações políticas, ditas por p1, p6, p4 e p8, compreendem o trabalho social em organizações não governamentais e a conscientização política dos trabalhadores. Elas podem ocorrer tanto individualmente como coletivamente – *“(a Psicologia pode) se motivar para fazer algum trabalho, para provocar mudanças sociais, ajudar a população a se posicionar frente a algumas coisas, a se opor a situações que não concorda em termos de governo, a ter uma visão crítica de mundo, que as coisas não são assim mesmo e pronto.”* (p4).

Verificou-se que quanto ao lugar que a Psicologia pode ocupar frente ao desemprego, diversificam-se as posições e a escuta clínica aparece como a única categoria de tratamento visualizada pelos participantes. Paralelamente, foi dada ênfase à prevenção, pelos entrevistados, colocando a Psicologia como uma disciplina que poderia intervir mais fortemente nas escolas e nas empresas, ressignificando o trabalho e orientando crianças e jovens na sua inserção no mercado. A responsabilidade da

Psicologia do Trabalho e organizacional também foi apontada no que compete à urgente qualificação das suas intervenções, no que tange às avaliações psicológicas, recrutamentos e seleções, e no lugar que ocupam nas empresas e organizações frente o trabalhador. O caráter político que a Psicologia pode desenvolver na população trabalhadora também foi ressaltado pelos participantes. A partir das categorias encontradas é possível, mais uma vez, compreender que o entendimento dos participantes é de um trabalho e um desemprego que não são tradicionalmente um objeto de intervenção e preocupação da Clínica Psicológica.

Como conteúdos não agrupados em categorias específicas estão as afirmações de que a qualificação e a formação não garantem vagas de emprego e que o fator “trabalho”, pela totalidade dos participantes, é pauta nos atendimentos clínicos, muitas vezes, se apresentando como um dos motivos para a busca de acompanhamento psicológico. Quanto à formação, os participantes afirmaram, em sua totalidade, que a formação complementar e o referencial teórico os auxilia nas intervenções, mas que, no entanto, a formação a nível de graduação não os auxilia tanto. Não foram encontradas diferenças, nos conteúdos relatados, em relação às abordagens teóricas dos participantes.

2.6 Considerações Finais

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da trajetória do autor com o público desempregado, que foi relatada em estudos anteriores (Abs da Cruz et al, 2004; Monteiro & Abs da Cruz, 2007), e teve como objetivo compreender melhor como os psicólogos, em suas práticas clínicas, vem intervindo frente o sofrimento psíquico causado pelo desemprego. A preocupação em descrever essas práticas, se deu a partir da necessidade de desenvolver novas tecnologias para intervenções com esse público.

Durante a revisão da literatura, pode-se constatar o número considerável de artigos científicos internacionais relacionando o desemprego e saúde mental e o quanto estes se apresentaram eloqüentes sobre os efeitos desse fenômeno sobre a vida humana. Paralelo a isto, as obras consultadas indicaram o distanciamento teórico-prático que existe entre a Psicologia do Trabalho e a Clínica Psicológica.

A proposta deste trabalho, então, surge da compreensão do desemprego como uma temática clínica, por causa do sofrimento psíquico que gera. O problema de pesquisa, de outra forma, também convoca a Psicologia a um debate sobre seus limites de atuação e, principalmente, sobre sua responsabilidade no diagnóstico, tratamento e prevenção de psicopatologias, visto que o fator trabalho parece continuar sendo negligenciado nas práticas clínicas psicológicas (Vasques-Menezes, 2004).

A principal dificuldade encontrada foi em situar o desemprego como um problema clínico. A perspectiva da Clínica Ampliada auxiliou nesse intento, e os relatos dos participantes corroboraram a idéia de que este é um problema que surge no cenário clínico e que pouco se sabe como manejá-lo.

Conseguiu-se, nesse sentido, delimitar três categorias de intervenção que contemplam o trabalho/desemprego, no entanto a primeira, da escuta, surgiu sem uma definição formal; a segunda, encaminhando para outros campos profissionais, mais na esperança que dêem conta de uma questão de difícil solução do que de associação entre intervenções; e a terceira, executando ações, originalmente da Psicologia do Trabalho, com o fim de realocação no mercado de trabalho.

A pergunta, desafiadora e comprometedora, que permaneceu, é se essas práticas, aqui descritas, podem ser percebidas num status de prática clínica. Tal idéia problematiza que a Clínica Psicológica não sabe muito bem o que fazer com a temática do desemprego, e necessita urgente de operadores que dêem conta, na clínica, dos

fenômenos contemporâneos que estão emergindo. Essas novas estratégias só poderão advir se a aposta for feita numa clínica que se amplia frente essas questões e se permite inventar, conjugando conhecimentos e superando-os no esforço do entendimento do humano, como no princípio propôs Lagache (1949) à Clínica Psicológica.

Portanto, há que se ultrapassar os limites disciplinares e investir nos tensionamentos possíveis e nas fronteiras entre os campos, para que outras práticas, de ordem terapêutica possam se produzir. Nesse sentido, acompanha-se Naffah Neto (1994) quando baseia a tarefa terapêutica a partir da origem do termo na palavra grega *therapéia* que possui o significado de cuidado, previsão, solicitude, trato e tratamento. O terapêutico, assim, é comprometido com uma certa plasticidade inerente à vida, acompanhando-a e cuidando-a em sua constante instabilidade. Nesta perspectiva, antes de sanar o patológico, o terapêutico tem de abrir possibilidade à criatividade em ruptura a toda serialização vigente.

Este estudo pretendeu contribuir neste sentido, principalmente no caráter pioneiro de ouvir a Psicologia Clínica no que ela tem a dizer sobre o tema, e problematizando-o a partir de sua ótica. Possui, no entanto, limitações no que tange, principalmente, à especificidade do sofrimento dos desempregados, que não foi focado aqui. Pode-se destacar, por exemplo, que nos enunciados dos participantes não houve menção às vivências de roubo, prostituição, drogadição, tráfico de entorpecentes, e às intervenções que a religião produz no desempregado, descritas por Santos (2000). Tal omissão se encontra ainda sem resposta, e necessita de maior investigação. Proposta necessária para se avançar na constituição de intervenções nesse público, e que poderá ser objeto de estudos posteriores.

2.7 Publicações e Produções derivadas da Pesquisa

Abs da Cruz, D.V. & Monteiro, J.K. (2007) *Sofrimento Psíquico e Desemprego*. Apresentação de Sessão Coordenada na XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia.

Abs da Cruz, D.V. & Monteiro, J.K. (2007) *Sofrimento Psíquico e Desemprego*. In: Anais da XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia

Abs da Cruz, D.V. & Monteiro, J.K. (2007) *Desemprego e Saúde Mental*. Trabalho completo In: Anais da Simpósio Internacional Futuro da Autonomia.

3. Sessão 1 – Desenvolvimento teórico - O Desemprego e a Saúde Mental

A temática da saúde mental tem aparecido com certa frequência nos estudos sobre o desemprego, impelindo a que se desenvolvam novas técnicas de intervenção. A Psicologia Clínica, no entanto, como campo tradicionalmente constituído, tem se ocupado pouco dessa temática em seus estudos e intervenções, muitas vezes excluindo o desemprego de seu universo de interesses. No entanto, é necessário pensar como desenvolver operadores clínicos para a situação de desemprego.

Neste artigo, apresenta-se o termo emergência sendo, ao mesmo tempo, urgência e surgimento. Está presente para alertar sobre a urgência de se constituir uma Clínica do Trabalho, e também para refletir sobre o surgimento de práticas e problemas que vêm à tona impelindo a um conhecimento transdisciplinar.

A partir desses sentidos, algumas questões emergentes se apresentam: é possível para a Clínica Psicológica comportar questões do mundo do trabalho? Se sim, isso tornaria possível uma clínica do trabalho? Seria o desemprego fator desencadeante de algumas psicopatologias, ou agravante? Se sim, seria este mesmo desemprego uma temática da competência da Clínica Psicológica?

Num primeiro momento, apresentaremos a problemática que deu origem a esta reflexão, para em um segundo instante apontarmos a clínica do trabalho como alternativa à concepção de um campo de clínica.

O desemprego na contemporaneidade

A constituição de uma categoria de desemprego ocorre a partir da consolidação do assalariamento como relação de trabalho. Essa construção ocorreu principalmente no decorrer do século XX e entre as economias desenvolvidas relacionando-o à involuntariedade no fenômeno do não-trabalho, e a partir dos anos 90 à velocidade do

uso de novas tecnologias e processos de trabalho que provocaram igual aceleração na desqualificação dos trabalhadores (Galeazzi, 2002).

O desemprego destaca-se como um fenômeno contemporâneo e surge, ainda, permeado pela complexidade que caracteriza o mundo do trabalho. É uma variável, como apresenta Gaudié (1998), que se constituiu historicamente a partir de processos do fim do século XIX, início do XX e os anos 30. O desemprego atual é fortemente relacionado ao que, a partir do fim da Idade Média, foi o lugar do pobre na sociedade, tanto enquanto posicionamento social quanto geográfico. Na sociedade feudal, a pobreza transformou-se em vagabundagem, sem filiação e sem localização geográfica estável. Com a Peste Negra, no início do século XIV, este tomou a forma de questão social, pelo aumento da sua população e pelo perigo que começou a representar. Começaram, então, as políticas que transitaram entre a assistência e a repressão “com a esperança, sempre frustrada, de tornar os pobres rentáveis” (Gaudié, 1998, p.70). O édito real de 1349 na Inglaterra parece ser o primeiro exemplo das forças repressivas tentando limitar a vagabundagem.

Gaudié (1998) também aponta a insistência sobre o trabalhar, pois encontra-se sempre presente a preocupação produtivista nas estratégias repressivas. Na Inglaterra ocorre a criação das *workhouses*, enquanto na França enclausuram-se os marginais. “Assim, como salientou Foucault, os hospitais de caridade são verdadeiras ‘manufaturas-prisões’, à imagem das *workhouses* inglesas (...)” (Gaudié, 1998, p.71) Com o advento liberal, resolve-se o problema da pobreza involuntária e cria-se um novo delito social, compreendido na voluntariedade da mendicância, que acaba por suscitar o aspecto repressivo. O século XIX vai ver, então, o nascimento de uma miséria maciça, onde convive o miserável que não tem trabalho e o trabalhador miserável: é a idade do pauperismo.

Em 1925, ocorre a primeira definição de desemprego, numa Conferência Internacional sobre o Desemprego, pelo Bureau Internacional do Trabalho – BIT:

O desemprego é a situação de todo trabalhador que, podendo e querendo ocupar um emprego submetido a contrato de trabalho, encontra-se sem trabalho e na impossibilidade de, em consequência do estado do mercado de trabalho, ser ocupado num tal emprego. (Comte citado por Santos,2000. p.50)

Só na década de 30 é que vai se solidificar a invenção de uma nova categoria de representação. Esta surge como uma invenção e não de uma tomada de consciência da realidade que está posta. O desemprego é resultante, então, muito mais do que um nome novo dado a algo que já existe, porém remetendo, antes, a uma categoria de ação (Gautié, 1998).

A produção do desemprego também foi influenciada pelas descobertas tecnológicas do último século, que facilitaram processos de produção em massa transformando o que antes eram campos de operários e hoje são complexos de máquinas. Compreende-se que as fronteiras nacionais pulverizaram-se com a troca de informações e valores, transformando as relações econômicas e políticas e descolando empresas de seus territórios geográficos. Rompeu-se também, nesse período, a lógica do trabalho assalariado e do emprego formal, ampliando setores de serviços e terceirizações. O mercado de trabalho no século que terminou, tornou-se mutável na velocidade com que as inovações foram e são difundidas formando tendências de produção e comércio.

No Brasil, dois momentos de industrialização, em 1930 e em 1950, podem ser apontados. No entanto, é a partir do golpe de 1964 que a industrialização se intensificou, onde o país viveu sob os “binômios ditadura e acumulação, arrocho e

expansão” (Antunes, 2006, p.17) e mesmo após o período militar, o país ainda encontrava-se distante do projeto neoliberal já em andamento nos países capitalistas centrais. É só a partir de 1980 que novos padrões começam a ser adotados, nos primeiros impulsos desse processo de reestruturação produtiva (Antunes, 2006).

Essas modificações tomaram forma na década de 1990, com a implantação de modelos estrangeiros em larga escala, a movimentação geográfica de pólos produtivos, e a implantação de formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, (Antunes, 2006). A Volkswagen, segundo esse autor, é “exemplar de como pretendeu capturar a subjetividade do trabalho em benefício da acumulação e do aumento de produtividade” (p.20).

Em análise por outra perspectiva sobre o lugar do trabalho, Cocco (2001) observa que o operário anterior às transformações era um trabalhador massificado não só pelo regime de produção serial, mas pela homogeneização de suas qualidades. Era um operário vindo das massas camponesas e adequado somente para tarefas simples e repetitivas. Não se distinguia em suas características pessoais e subjetivas do ponto de vista da divisão técnica do trabalho. Negri e Lazzarato (2001) acrescentam que as transformações ocorreram em direção a um trabalho que é, cada vez mais, intelectualizado atualmente. O trabalho do operário contemporâneo é vinculado, cada vez mais, a escolhas entre diversas alternativas e tomadas de decisões. É o que os autores, desde 1991, conceituam como sendo o Trabalho Imaterial e compreendem como o contingente da subjetividade e da personalidade do operário sendo comandado e organizado nas empresas reestruturadas.

Negri e Lazzarato (2001) apontam que não existem mais fronteiras sólidas entre o tempo destinado ao trabalho produtivo e o tempo de lazer. Pode-se refletir que, a exemplo do trabalho, o desemprego contemporâneo se caracteriza por não possuir

limites claramente demarcados. Se antes existia a distinção de emprego e desemprego a partir de uma ocupação ou desocupação do tempo destinado ao trabalho produtivo, hoje o desemprego caracteriza-se como um fenômeno sem fronteiras rígidas e possuindo uma ampla zona “cinzenta” (Guimarães, 2002, p.116) carente de teorização, onde as novas formas de trabalho coexistem com a pressão ao mercado formal.

Desemprego e saúde mental

O termo desemprego remete à situação de não-emprego. No entanto, a condição de trabalho não se equivale à condição de emprego, sendo este muito mais do que o trabalho assalariado, mas também, a composição de todos os direitos que ele possibilita. Um exercício interessante, segundo Santos (2000), para a compreensão do desemprego é o acesso às várias definições de emprego que o senso-comum se utiliza. Nessa perspectiva, a partir do latim implicare, ele enumera os seguintes sentidos: emprego como dar uso ou aplicação, fazer uso, dar colocação, aplicar, gastar, entre outros. Em qualquer um destes itens o desemprego aparece como a impossibilidade do uso e da aplicação, sinalizando os sentidos de desvalia que ele pode ter na subjetividade do trabalhador.

O estudo de Abs da Cruz et al (2004) apontou a existência de um sofrimento psíquico causado pelo desemprego, a partir de 30 entrevistas, analisadas qualitativamente, com desempregados em atendimento psicológico na agência da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social / Sistema Nacional de Empregos (FGTAS/SINE) de São Leopoldo. Os relatos remetem ao processo descrito por Bauman (2005) sobre o desemprego na contemporaneidade, quando destacam o sentimento de menos valia que vivem na busca de vagas. Este autor foi escolhido como articulador destas reflexões por perceber o desempregado como um excedente, um “redundante”, que seria diferente da tradicional compreensão de desempregado. Na visão dele, o

prefixo “des” aponta para uma situação anormal que tende a se restabelecer como normal. O desemprego teria, então, uma tendência constante a ser uma situação transitória. No entanto, essa situação tem sido na contemporaneidade apresentada num grau tal de permanência que nos faz distanciar de uma idéia de transitoriedade. Essa permanência é denunciada e destacada nas pesquisas atuais com o termo “desempregados de longa duração” (Kendall, Bronwyn & Thompson, 1998; Lima & Borges, 2002). Segundo esse autor, podemos dizer que os trabalhadores não são mais rejeitados por algum motivo de desqualificação. Eles são rejeitados e descartados pelo simples fato de serem redundantes. Essa outra perspectiva do desemprego contemporâneo vem ao encontro da experiência cotidiana de se sentir redundante - “um lixo” - sem uma causa específica.

Essa perspectiva nos permite refletir sobre o conceito de empregabilidade. Employability remete ao conjunto de ações empreendidas com o fim de desenvolver habilidades e de buscar conhecimentos em vista de ocupar um posto de trabalho, formal ou informal. Envolve fatores emocionais, motivacionais, de auto-estima, entre outros construtos psicológicos e aponta para a perspectiva de uma aprendizagem continuada (Rueda, Martins & Campos, 2004).

Uma das crenças atuais é de que a falta de qualificação é a responsável pelo grande número de desempregados, acarretando não só investimentos do governo em programas de qualificação, mas também trazendo efeitos na subjetividade do trabalhador. O discurso ideológico de que o desemprego é causado pela falta de qualificação provoca no desempregado o duplo sofrimento de se ver por um lado privado materialmente e por outro lado, responsável pelo seu próprio desemprego (Barbara, 1999).

Sobre a formação desse discurso, Pochmann (2006) é um autor que nos auxilia quando aponta que o desemprego foi oficialmente explicado por decorrência da “maior competitividade empresarial, da estabilidade monetária, do alto custo de contratação da mão-de-obra e da qualificação inadequada dos trabalhadores” (p.59) e quando identifica que as políticas de emprego no país acabaram por derivar dessas respostas oficiais. O mesmo autor ressalta que o Brasil vive hoje a sua maior crise de emprego da sua história ocupando posições altas no ranking de desemprego mundial, como em 2002, quando esteve em quarto lugar, perdendo apenas para Índia, Indonésia e Rússia.

A natureza e a dimensão do desemprego contemporâneo podem ser analisadas a partir de três componentes. O primeiro refere-se ao desemprego estar presente em todas as camadas sociais. O segundo refere-se à diminuição dos empregos formais. O terceiro compreende a desqualificação dos postos de trabalho (Pochmann, 2006).

O que ocorre na região metropolitana de Porto Alegre, segundo a Pesquisa Emprego e Desemprego (PED 2006) do mês de junho de 2006, é que existe um contingente de duzentos e setenta e seis mil desempregados. Na mesma época, nos bancos do Sistema Nacional de Empregos do estado, inscreveram-se cerca de vinte e oito mil trabalhadores, e nove mil vagas de trabalho foram captadas junto a empresas e colocadas à disposição desse contingente. Dezesesseis mil trabalhadores foram encaminhados a vagas, sendo que somente cinco mil foram colocados em postos de trabalho. Sobram vagas no SINE todos os meses e a principal justificativa alocada é a desqualificação que a mão-de-obra apresenta (Abs da Cruz et al, 2004).

Sobre o SINE, podemos retornar a Gaudié (1998) que aponta que durante a invenção da categoria desemprego, e principalmente na Inglaterra, ocorreu a criação de escritórios de emprego destinados a “fazer a triagem entre os bons e os maus sem emprego” (p.75). Os primeiros estariam desprovidos de emprego pela conjuntura

econômica e deveriam ser ajudados. Os maus não são “empregáveis ou são preguiçosos, e dependem, por isso, da assistência ou da repressão” (p.75).

Como Brant e Minayo-Gomez (2004) constatam, existe uma tentativa de silenciar esse sofrimento e transformá-lo em adoecimento. É comum nas agências do Sistema Nacional de Empregos (SINE) ser chamado como desemprego crônico a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, ou de manter-se nele depois de repetidas tentativas. Essa categoria de sofrimento pode ser entendida como uma cronificação de um estado, muito parecido com a caracterização de um adoecimento. Uma espécie de doença de qualificação para a tomada de um posto de trabalho. Os maus desempregados novamente se aproximam dos doentes, como improdutivos para o sistema social. As conseqüências já foram narradas pela história, com a marginalização e a repressão. Peres, Silva e Carvalho (2003) objetivaram em seu estudo com desempregados na cidade de Assis (SP) delinear o perfil dos desempregados naquela cidade, e apresentar considerações psicológicas acerca do desemprego. Concluíram que o desemprego causa um sofrimento psíquico intenso derivado da exclusão e segregação.

Estas observações vão ao encontro de estudos recentes que apontam largamente o desemprego como relacionado a desfechos clínicos como a depressão (Gallo et al, 2006; Price, Choi & Vinokur, 2002; Stankunas et al, 2006; Szwarcwald et al, 2005; Villamil et al, 2006) ansiedade (Comino et al, 2000; Comino et al, 2003; Stankunas et al, 2006; Syed et al, 2006), baixo sentimento de bem-estar (Carrol, 2007; Flatau, Galea & Petridis, 2000; Kennedy & McDonald, 2006; Strandh, 2000) e o transtorno bipolar (Bowden, 2005; Lima et al, 2005), entre outras patologias. No entanto, encontramos a revisão de literatura conduzida por Santana (2006) corroborando a idéia de que existem poucos estudos, em geral, sobre saúde e desemprego no Brasil. Essa autora utilizou-se da base LILACS e do portal CAPES para estudar as tendências de produção de teses e

dissertações sobre saúde do trabalhador no Brasil. Ela encontrou 1.025 trabalhos, e concluiu chamando a atenção para o pequeno número de estudos sobre o desemprego, o câncer e suas relações com a ocupação, e a saúde de trabalhadores da construção civil.

Apesar das constatações de Santana (2006), numa busca em bases internacionais, como PubMed, MEDLINE, LILACS, Adolec, SciELO, e a Grey Literature, utilizando-se dos termos “unemployment” e “health”, encontrou-se, em agosto de 2007, mais de 5000 artigos. Apesar dessa análise não ter um caráter sistemático, é possível verificar que a maioria dos artigos compreendem o desemprego como assunto periférico, e apenas como uma variável influenciando o desfecho ali estudado.

Chama atenção o lapso de publicações, abordando desemprego e saúde mental, entre o final da década de 80 e o final dos anos 90. É no final dessa década que se presencia um novo aumento das taxas de desemprego. Em 1981 uma série de pequenos artigos foi publicada pela British Medical Journal sobre o tema, destacando-se aqueles produzidos por médicos, todos sob o título ‘Unemployment in my Praticce’ e muito semelhantes em seu conteúdo (Goodman, 1981; Higgs, 1981; Husain, 1981; Jacob, 1981; Mackay, 1981; Smerdon, 1981; Tanner, 1981; Thomas, 1981) onde relatam as experiências vividas nas suas práticas clínicas frente o desemprego da época. Kasl já em 1983, se preocupou em estudar as relações do stress com o desemprego.

Destacamos a contribuição de Smith (1985a) que inicia anos mais tarde no mesmo periódico, a British Medical Journal, uma nova seqüência de artigos problematizando a saúde mental e o desemprego. Em novembro de 1985 os casos de suicídio onde o desemprego aparece fortemente associado são apresentados. Em seguida, publica em outro artigo (Smith, 1985b) a discussão sobre as conseqüências psicológicas do desemprego a partir das crises vivenciadas em 1930 e 1980, chamando a

atenção para os estudos realizados com populações de desempregados. Neste, o autor apresenta os estudos transversais onde as condições de saúde dos desempregados foi comparada com grupos de empregados, assim como estudos longitudinais desenvolvidos com essa população e, por fim, estudos com grandes amostras obtendo correlações entre a duração do desemprego e a saúde mental relatada pelos participantes desempregados. As contribuições de Smith (1985a,1985b,1985c,1986,1986b) apresentam-se no sentido de resgatar a preocupação com o tema da saúde mental e das conseqüências psicológicas do desemprego em massa. Em 1991 ele publica novo artigo intitulado “Unemployment, here we go again” (Smith, 1991) denunciando que o problema persiste e não obteve grandes avanços em soluções. Esses estudos abordam prioritariamente a descrição das relações do desemprego com o estado de saúde mental, sem abordar intervenções possíveis no âmbito clínico.

Goulart e Serralta (1999) investigaram depressão e desesperança em trabalhadores diurnos e noturnos. Encontraram que cerca da metade dos sujeitos da amostra apresentaram níveis sintomáticos de depressão e desesperança. A partir desses dados sugeriram que outros fatores de ordem mais global, como crise econômica e medo do desemprego, poderiam estar afetando esses trabalhadores.

Della-Posta e Drummond (2006) recentemente utilizaram a Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) para diminuir os efeitos da ansiedade, depressão e estresse numa amostra de desempregados australianos. Utilizaram dois grupos de um programa para desempregados, um com apoio da TCC e de intervenções de reabilitação e outro sem apoio da terapia. Concluíram que os trabalhadores encontraram emprego mais rapidamente após a assistência da terapia, diminuindo também os escores de ansiedade, depressão e estresse, assim como aumentando suas capacidades físicas de trabalho.

No entanto, é no trabalho de Sato e Schmidt (2004) que se vê a iniciativa de compreender o sofrimento psíquico do desempregado a partir da Clínica Psicológica. No estudo são apontadas as dificuldades inerentes a essa intersecção: “A tentativa de superação desta fragmentação requereu uma aproximação dos modos como as temáticas do trabalho e desemprego aparecem e/ou são silenciadas nas leituras hegemônicas na Psicologia do Trabalho e nas teorias psicoterápicas” (Sato e Schmidt, 2004, p.5).

Sato e Schmidt (2004) também questionam de que maneira e em que circunstâncias a Psicologia e, mais especificamente, a Clínica Psicológica podem contribuir para a desconstrução de uma “concepção utilitarista do trabalho” (p.8). Salientam, ainda, que essas respostas teriam ressonância na compreensão e enfrentamento do sofrimento advindo do desemprego quando as pessoas buscam ajuda psicoterápica.

Schmidt (2005) acrescenta em outro estudo, no qual aborda aspectos teóricos da intervenção com desempregados, que a conexão entre a Clínica Psicológica, Trabalho e Desemprego demanda esforços de articulação. Estes se dariam através da compreensão desses fenômenos, comumente separados como objetos de áreas diferentes, num sistema unitário, como uma rede.

Acrescenta-se a essas autoras as intervenções de Terra et al (2006) e Ackermann et al (2005) realizadas na mesma Universidade e que discutiram a perspectiva do desemprego para trabalhadores da cidade de São Paulo. Ackermann et al (2005) utilizou-se de entrevistas para compreender, através das narrativas sobre a experiência do desemprego, como ele é vivido pelos desempregados. Concluíram que os discursos deles modificavam-se, conforme os espaços onde circulavam. Terra et al (2006), também através de entrevistas com desempregados, apontou as dificuldades de se falar sobre essa vivência. Apontou a repressão ao discurso do desempregado, como uma

experiência singular, que ocorre em detrimento dos discursos autorizados da mídia, e mesmo de disciplinas, como a sociologia e a psicologia.

O trabalho de Coutinho e Jacques (2004) apresenta dados sobre o perfil psicossocial de desempregados da Grande Florianópolis, a partir da coleta realizada no SINE da capital. Discute os dados obtidos compreendendo que o trabalho ocupa papel fundamental nos processos subjetivos e aponta, de forma relevante, que “as implicações psicológicas do desemprego são reconhecidas na lista de transtornos mentais e de comportamento relacionadas ao trabalho segundo a Portaria do Ministério da Saúde n. 1339/1999” (Coutinho & Jacques, 2004. p.165) .

As reflexões da saúde mental do desempregado, para além de uma perspectiva epidemiológica, evidenciam a necessidade de uma Clínica Psicológica que se amplie nas forças e tensões que compõem o trabalho humano contemporâneo. Ela define-se, antes de tudo, segundo Figueiredo (1996) por uma ética. Ou seja, está além de um setting, um local, ou uma técnica: é uma postura, um comprometimento para com o sujeito. Portanto, para ser focada para o desenvolvimento de estratégias tanto individualmente como em grupo necessita de esforços de invenção, e principalmente, de pesquisa. O resultado pode ser uma Clínica que contempla esse sofrimento e contribui significativamente para um saudável movimento de reorganização frente ao desemprego (Moura, 2001).

A clínica e o trabalho

O projeto de clínica passou a ser nomeado como ‘Psicologia Clínica’ a partir dos anos de 1890 na Alemanha, Estados Unidos e França, tendo como seus fundadores Witmer (1867 – 1956), Pierre Janet (1851 – 1947) e S. Freud (1856 - 1939). No entanto, o termo só é resgatado anos mais tarde quando Daniel Lagache, na França, em 1949,

profere uma conferência na Sorbonne intitulada “Psychologie clinique et methode clinique” que depois foi publicada. Ele define a Psicologia Clínica a transformando em uma disciplina universitária que tenta compreender procedimentos da Psicologia diferencial, do desenvolvimento, da psicanálise e experimental, ao mesmo tempo em que tenta instituir certa autonomia em relação a essas áreas. A definição de Lagache (1949) é de uma Psicologia Clínica que deveria propor uma abordagem mais completa do ser humano e de um campo de prática e pesquisa mais amplo que o da psicanálise (Ciccione, 2000).

A Psicologia Clínica, como um projeto (Bauman, 2005), atravessou os anos delineando cuidadosamente os limites de sua atuação. Ampliando-se a visão por sobre os universos da clínica, poder-se-ia recompor a vista não de um, mas de vários projetos, ocupados na produção do que deveria ser o homem e na composição das normas e leis que lhes assegurariam a ordem de suas relações. Assim, tudo aparentemente ocuparia seu devido lugar e sua devida função. O que não seria contemplado nesse critério, tornaria-se potencialmente excludente. Em outras palavras, lixo ou refugo.

A constituição da própria psicologia, como um projeto independente de ciência, segundo Jacques (2007) traçou caminhos distantes das preocupações com o trabalho que tomavam conta do final do século XIX. A alienação de seus objetos de estudo às transformações que o mundo do trabalho experienciava na plena mudança de século e revolução industrial, teve conseqüências nos modos como constituiu suas práticas clínicas que se apresentavam incapazes de compor com as questões que a categoria trabalho apresentava. Se Voltarmos a atenção à constituição do projeto de uma Psicologia do Trabalho, que daria conta desta categoria, mas que no entanto, possuindo várias denominações (industrial, organizacional) ocupou-se tecnologicamente na maioria das vezes, somente a recrutar trabalhadores e avaliá-los para um melhor

desempenho, veremos que essa perspectiva era de produzir o “homem certo no lugar certo”, colocando os “errados” para um lugar qualquer, fora do seu domínio. No entanto, esse mesmo projeto hoje convive com a dificuldade de não haver mais lugares, sejam eles certos ou errados.

Outro aspecto da relação entre os projetos da clínica e do trabalho é a distinção do lugar de efetuação, o que classificaria o que é da ordem da clínica, do trabalho e da escola pelo espaço de atuação. Essa perspectiva não diz mas acaba insinuando “que o que define a clínica seria algo como uma certa problemática, definida pela negação do que seriam os temas das outras áreas de intervenção psicológica” (Figueiredo, 1995, p.37). A empresa constituiria o local de intervenção por excelência da Psicologia do Trabalho e o setting, a clínica, de preferência particular, exerceria o local onde se faz Psicologia Clínica. O espaço de atuação, pensado como um campo de intervenção, também é tensionador das relações entre os projetos, onde o que é problema de trabalho é competência de resolução nos espaços da empresa, e os problemas clínicos, definidos como todos os outros problemas que restam, podem ser tratados no setting clínico.

A produção da Clínica do Trabalho que se faria na intersecção da Psicologia Clínica e da Psicologia do Trabalho, tem em Louis Le Guillant o seu precursor (Lima, 2006). Nas neuroses das telefonistas ele apontou a primeira aproximação concreta de uma investigação sobre a psicopatologia oriunda do trabalho. Dejours (1992) parte também dessa perspectiva em sua obra Psychopathologie au travail posteriormente publicada no Brasil como “A Loucura do Trabalho” e marca as reflexões acerca de uma Clínica Psicológica do trabalho, apesar de no decorrer de sua obra abandonar a causalidade específica do trabalho nas psicopatologias, é possível compreender as formas como a psicopatologia do trabalho e mais profundamente, as estratégias

utilizadas pelos trabalhadores na sua resistência a ela existem no cotidiano do mundo do trabalho.

Essa distinção entre os estudos de Le Guillant e Dejours quanto à existência, ou não, de uma psicopatologia do trabalho foram apresentados por Codo (2004) e toda uma série de colaboradores na área de trabalho e saúde mental. Esse autor faz o trajeto oposto à Dejours e explica o trabalho como fator de risco ao desencadeamento de diferentes psicopatologias, compreendendo que a Psicologia Clínica age, perante elas, buscando fatores de risco, como perdas ou violências. No entanto, acrescenta o autor, se a Psicologia Clínica não reconhece o papel do trabalho como fator de risco, acaba buscando outras causas, ainda que não reais.

Crítica semelhante aparece também logo no início de “A Loucura do Trabalho” (Dejours, 1992), apontando, mais especificamente a Psicanálise, que ocultaria o que não pode ser articulado em sua teoria. Nessa passagem, o autor, problematiza que a Psicanálise é centrada sobre a vida de relação, a dois, no máximo, a três, e assim, incapaz de dar conta das relações complexas do trabalho. Estas seriam regidas de forma que não se deixariam abarcar pelo “jogo das relações chamadas de objetos” (Dejours, 1992.p.12).

Outra crítica é de Vasques-Menezes (2004), que questiona o lugar da categoria trabalho na prática terapêutica. Essa autora destaca a forma como muitas vezes as queixas emitidas pelos pacientes referentes a experiências vivenciadas na relação com o trabalho são ignoradas.

A ausência da categoria trabalho na prática clínica pode ser compreendida como uma fragilidade no entendimento e tratamento de diversas psicopatologias, segundo Jacques e Codo (2002). Eles compreendem que as práticas clínicas têm se utilizado pouco das descobertas sobre saúde mental e trabalho e têm pouco abordado a categoria

trabalho. Criticam que as descobertas sobre a dor e o sofrimento relacionadas ao trabalho têm sido pouco consideradas na clínica. Os autores propõem, ainda, que os psicólogos repensem os limites que tensionam a clínica e o trabalho a fim de produzirem ações mais articuladas entre a clínica e o trabalho qualificando o diagnóstico, o tratamento e o prognóstico.

Considerações sobre esta sessão

Os estudos em saúde mental e desemprego apresentam-se eloquentes nos efeitos desse fenômeno sobre a vida humana. A dificuldade, hoje, se encontra em estabelecer intervenções no âmbito da clínica que dêem conta da complexidade que o desemprego e as suas conseqüências no psiquismo apresentam. O distanciamento entre a Psicologia do Trabalho e a Clínica Psicológica afetam o modo como o desemprego e a saúde mental, como Sato e Schmidt (2004) bem apontam, tem sido silenciada por esses projetos.

A invenção da categoria desemprego emerge como temática clínica, no sentido de que surgem estudos, já destacados, apontando os seus efeitos na saúde mental. No entanto, as reflexões aqui colocadas são no sentido de que a Psicologia acompanhe o que o desemprego produz na subjetividade do trabalhador contemporâneo, e principalmente proponha intervenções que dêem conta dessa problemática. Sugere-se que novas articulações entre seus campos, aqui apontados o da clínica e do trabalho, podem propiciar esse exercício, que segundo a Clínica Ampliada (Paulon, 2003), é um exercício de invenção.

O problema posto convoca a Psicologia a um debate sobre seus limites de atuação e, principalmente, sobre sua responsabilidade no diagnóstico, tratamento e prevenção de psicopatologias, visto que o fator trabalho parece continuar sendo negligenciado nas práticas clínicas psicológicas (Vasques-Menezes, 2004). Acrescenta-se a isso a complexidade da vivência do desemprego contemporâneo, que carece de

maiores pesquisas e estudos. Nesse sentido, a Clínica Ampliada nos possibilita alguma instrumentalização necessária a esses empreendimentos, pois que o desemprego, pelo exposto acima, parece ter ultrapassado seu status de problema social, e passa também a se impor como um problema clínico da Psicologia. As psicopatologias e o sofrimento relacionados ao desemprego nos permitem essa afirmação, além dos modos como se vive o desemprego na contemporaneidade, onde os desempregados são os redundantes, sem possibilidade de serem recrutados e selecionados para postos de trabalho pelo simples fato de serem um refugio da modernidade.

Por fim, propõe-se que novos estudos invistam nessa problemática para que novas práticas clínicas possam ser desenvolvidas. Primeiramente, a especificidade do sofrimento psíquico que os desempregados experimentam ainda não está suficientemente formalizada. A vivência do desemprego de longa duração também é um fator que poderia ser aprofundado em futuras pesquisas. A rede familiar também tem sido pouco estudada, mesmo sendo um fator importante de apoio ao familiar desempregado. Apesar de o desemprego ser conhecido como fator de risco para a saúde mental, os mecanismos que o tornam um, ainda não foram suficientemente explorados, pelas diversas perspectivas teóricas da Psicologia que podem contemplá-lo.

4. Sessão 2 – Desenvolvimento empírico - Práticas frente ao desemprego contemporâneo

Revendo Trabalho e Desemprego

O termo trabalho aqui é entendido como polissêmico e que exige pesquisa continuada frente às transformações velozes que o mundo do trabalho experimenta (Santos, 2000). As abordagens que compreendem o trabalho como central, com autores como Christophe Dejours (1992) e Wanderley Codo (2004), traduzem da melhor forma o sentimento dos desempregados que, de alguma forma, foram abordados nos estudos de Santos (2000), Abs da Cruz et al (2004), Coutinho e Jacques (2004), Ackermann et al (2005) e Terra et al (2006). Apesar de Dejours (1992) e Codo (2004) apontarem a implicação do trabalho na saúde mental de forma diferenciada, salienta-se que a centralidade é um elemento que os aproxima. Diferente, no entanto, de obras como o Manifesto contra o Trabalho do grupo Krisis (2003), que discute criticamente a existência do Trabalho na atualidade, as perspectivas de Antonio Negri e Maurizio Lazzarato (2001) sobre o trabalho imaterial, que apresentam as novas formas de trabalho e apropriação da subjetividade, e a visão da modernidade exposta pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2005) como um produção incessante de projetos de exploração da natureza, apresentam-se como fecundas posturas críticas no entendimento do desemprego contemporâneo.

O desemprego, como é tratado neste estudo, é um fenômeno complexo que somente a partir da década de 30 é que surge, realmente, com o status de uma categoria de representação. Ela se complexifica com as novas tecnologias, a reestruturação produtiva, o trabalho informal e a mudança do perfil do trabalhador, tornando-se de difícil definição.

Uma das crenças atuais é de que a falta de qualificação é a responsável pelo grande número de desempregados, acarretando não só investimentos do governo em programas de qualificação, mas também trazendo efeitos na subjetividade do trabalhador. O discurso ideológico de que o desemprego é causado pela falta de qualificação provoca no desempregado o duplo sofrimento de se ver por um lado privado materialmente e por outro lado, responsável pelo seu próprio desemprego (Barbara, 1999).

Junto a isto, estudos recentes apontaram o desemprego como relacionado a desfechos clínicos como a depressão (Gallo et al, 2006; Price, Choi & Vinokur, 2002; Stankunas, Kalediene, Starkuviene & Kapustinskiene, 2006; Szwarcwald, Bastos & Esteves, 2005; Villamil, Huppert & Melzer, 2006) ansiedade (Comino et al, 2000; Comino et al, 2003; Stankunas et al, 2006; Syed et al, 2006), baixo sentimento de bem-estar (Carrol, 2007; Flatau, Galea & Petridis, 2000; Kennedy & McDonald, 2006; Strandh, 2000) e o transtorno bipolar (Bowden, 2005; Lima, Tassi, Novo & Mari, 2005), entre outras psicopatologias.

Psicologia Clínica e Trabalho

É necessário que as reflexões sobre a saúde mental do desempregado se façam para além de uma perspectiva epidemiológica, evidenciando a necessidade de uma Clínica Psicológica que se amplie nas forças e tensões que compõem o trabalho humano contemporâneo, dando conta dos seus efeitos. No entanto a ausência que existe da categoria trabalho na prática clínica pode ser compreendida como uma fragilidade no entendimento e tratamento de diversas psicopatologias. O que se compreende, então, é que as ações entre a Clínica Psicológica e o trabalho deveriam ser mais articuladas (Jacques & Codo, 2002).

O termo “Psicologia Clínica” apesar ser difundido na década de 1890, na Alemanha, Estados Unidos e França, só é resgatado anos mais tarde quando Daniel Lagache, na França, em 1949, profere uma conferência na Sorbonne intitulada “Psychologie clinique et methode clinique”. Ele define a Psicologia Clínica transformando em uma disciplina universitária que tenta compreender procedimentos da Psicologia diferencial, do desenvolvimento, da psicanálise e experimental, ao mesmo tempo em que tenta instituir certa autonomia em relação a essas áreas. A definição de Lagache (1949) é de uma Psicologia Clínica que deveria propor uma abordagem mais completa do ser humano e de um campo de prática e pesquisa mais amplo que o da psicanálise (Ciccone, 2000).

A partir da definição de Lagache (1949), já é possível compreender o caráter revolucionário que essa disciplina obteve desde sua criação. No entanto, atravessou os anos da modernidade preocupada na operação das diversas psicopatologias, centrada no indivíduo, um tanto quanto distante dos processos sociais que iam compondo seus pacientes, como o próprio mundo do trabalho. Passos e Barros (2003) pensam a clínica a partir de um processo de desestabilização de tudo que era conhecido como tradicionalmente posto no campo da clínica, e de alguma forma resgatam aquele caráter revolucionário que um dia ela já teve. Objetos, teorias e territórios demarcados se pulverizam com a contemporaneidade, e esses autores propõem que, a partir deles, possa emergir o que nomearam como o “plano da clínica”, onde as dicotomias dão lugar aos híbridos e à invenção de novos problemas e estratégias de ação. Esses autores não dispensam a técnica, mas apresentam essa dimensão pragmática da clínica mais como “um processo constante de invenção de estratégias de intervenção em sintonia com os novos problemas constituídos.” (Passos & Barros, 2003. p.85)

A Clínica do Trabalho se apresenta como uma alternativa de aproximação entre a Psicologia Clínica e a Psicologia do Trabalho. Seu precursor foi Le Guillant (Lima, 2006), ao estudar a neurose das telefonistas. Pesquisa retomada por Dejours (1992) que colocou em estudo, a Psicopatologia do Trabalho. Tal problematização hoje é defendida por autores, como Codo (2004), que possibilitam compreender tanto a produção do sofrimento psíquico no trabalho, quanto às estratégias utilizadas pelos trabalhadores, na sua resistência a ele, existentes na contemporaneidade.

É a busca por articuladores teóricos que trouxessem, à luz da clínica, a problemática do desemprego que pautou a pesquisa e as reflexões aqui apresentadas. A escassez de trabalhos dedicados ao tema e as fronteiras rígidas dos campos de atuação do psicólogo, onde a Psicologia Clínica não poderia ter o desemprego como foco de pesquisa e intervenção, apresentaram-se como desafios a serem vencidos.

A construção do problema de pesquisa perpassou esses desafios e veio a constituir a necessidade de compreender melhor as práticas exercidas pelos psicólogos na clínica. O entendimento desses profissionais a respeito do que é o trabalho e o desemprego e de como poderiam intervir frente a ele problematizam os lugares possíveis do psicólogo e tensionam os limites que o projeto de clínica pode ter na contemporaneidade.

O objetivo principal deste estudo é compreender as práticas clínicas da Psicologia frente ao sofrimento psíquico causado pelo desemprego e teve como objetivos específicos, descrever como o trabalho e o desemprego estão sendo entendidos pelos psicólogos clínicos e que intervenções estão sendo produzidas por eles.

Método

Delineamento

Esta pesquisa é um estudo de caráter exploratório e descritivo. Utiliza-se de uma perspectiva qualitativa para o desenvolvimento dos objetivos propostos. Seu planejamento foi flexível possibilitando o alcance a questões variadas da clínica frente o desemprego e isto pode proporcionar aos estudos posteriores a constituição de hipóteses e à familiarização com o tema (Gil, 2002).

Dessa forma, essa pesquisa foi delineada a partir do que Denzin e Lincoln (1998) apontaram como sendo uma atividade que situa o pesquisador no mundo, esta consistiria num conjunto de práticas interpretativas que transformam o mundo em uma série de representações. Essas representações são o rico material que compreende esta pesquisa. A problematização proposta também apontou para os complexos processos que envolvem a subjetividade e a condição de desemprego aproximando este estudo aos desenvolvidos sobre subjetividade e trabalho (Jacques, 2003).

Participantes

Participaram 8 psicólogos clínicos, possuindo de 2 a 27 anos de formados, 2 a 20 anos de prática clínica, com idades variando entre 27 e 52 anos, sendo 7 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Em 5 deles a prática clínica é de caráter particular em consultório próprio ou alugado, 1 deles a prática é na rede pública de saúde, 1 trabalha em convênio com empresas, e 1 atua clinicamente numa organização não-governamental. Quanto às orientações teóricas, 3 afirmaram seguir orientação psicanalítica, 2 atuam com a terapia cognitiva-comportamental, 1 com a psicoterapia transpessoal, 1 com orientação humanista e 1 de orientação esquizoanalítica.

A pesquisa foi realizada na região metropolitana de Porto Alegre, em 2007, e os participantes foram selecionados entre os profissionais registrados no Conselho Regional de Psicologia (CRP/07) do Rio Grande do Sul. O convite foi realizado por

conveniência e os participantes foram contatados através de instituições de formação e por indicação dos colegas. A partir do sexto participante observou-se a repetição e posterior saturação no conteúdo das respostas, sendo concluída a coleta dos dados, então, com 8 participantes, conforme indicação de Gil (2002). Foram utilizados como critérios de inclusão estar regularmente inscrito no CRP/07 há, no mínimo, dois anos e possuir formação na área clínica e/ou estar atuando na clínica há no mínimo dois anos. O fato de atenderem ou não desempregados foi desconsiderado, por compreender que a temática desemprego está presente em variadas situações clínicas, podendo ser parte de relatos de trabalhadores empregados ou mesmo de familiares de desempregados.

Procedimentos Éticos

Por ocasião da realização da entrevista, os psicólogos foram convidados a participar na pesquisa sendo claramente informados de que sua contribuição ao estudo era voluntária e poderia ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo. Também preencheram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Informado. Todos os cuidados foram tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes. Foram disponibilizados aos participantes os resultados desta pesquisa e observadas as questões éticas inerentes à pesquisa com seres humanos conforme previsto na Resolução do Ministério da Saúde nº 196/96. Esta pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e aprovada sob número CEP 07/039.

Procedimentos de Coleta de Dados

Os participantes foram contatados através de instituições de formação, ou por indicação de colega já entrevistado, e depois de confirmada a disponibilidade para colaborar com a pesquisa, foi agendada uma entrevista. Ela foi conduzida de forma

semi-estruturada a fim de possibilitar liberdade aos participantes de exporem suas perspectivas. Foram gravadas e transcritas para fins de análise.

As questões que nortearam a entrevista foram desenvolvidas a partir dos objetivos propostos e compreenderam o entendimento, na prática clínica, do trabalho, do desemprego e das conseqüências destes para o sujeito/paciente. Também foram pautadas as intervenções utilizadas frente esse fenômeno, o quanto a teoria ajudava nelas, e o que o psicólogo apontava como razões para a pessoa permanecer desempregada sem conseguir realocação. Proposições de como a Psicologia poderia intervir frente a esse fenômeno foi a última questão.

Marshall e Rossman (1999) apresentam a entrevista como uma conversa com um propósito. Salientam a importância da entrevista em pesquisas qualitativas, nas quais o pesquisador explora vários tópicos respeitando a maneira como os participantes estruturam suas respostas e compreendem os fenômenos.

Foi realizado um estudo piloto envolvendo dois participantes, a fim de adequar as questões norteadoras e corrigir possíveis erros e omissões na elaboração das perguntas. Os dados e os participantes do estudo piloto não foram considerados nos resultados e na análise do estudo final.

Procedimentos de Análise dos Dados

Para análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin, 1977) buscando-se a partir do registro das entrevistas, unidades menores de sentido. Após, foram construídas categorias que sinalizassem a compreensão dos participantes sobre os tópicos pesquisados.

Outros estudos sobre o mundo do trabalho inspiraram-se na análise de conteúdo (Coutinho, 2006; Kissmann, 2005). Utilizaram também dados complementares e informações que ampliaram as discussões sobre os resultados encontrados.

O método consiste em três fases: descrição dos enunciados discursivos, inferência de hipóteses e categorias e interpretação, por fim, dos resultados encontrados pela dedução sobre elementos simbólicos e valorativos (Bardin, 1977). As fases foram realizadas pelo pesquisador.

Resultados e Discussão

Os enunciados foram agrupados em quatro temáticas, elaboradas a partir dos discursos: Trabalho, Desemprego, Intervenções sobre o desemprego na clínica e Lugar da Psicologia frente o desemprego. Em cada uma delas os enunciados estão agrupados em subcategorias. A seguir apresenta-se a descrição e discussão de cada temática.

Trabalho

Nesta temática encontram-se todos os conteúdos manifestos pelos participantes referentes às vivências e concepções do mundo do trabalho, excluindo-se os diretamente relacionados ao desemprego, que foram alocados em categoria distinta. As concepções relatadas puderam ser descritas a partir de duas categorias: o trabalho como necessidade e o trabalho como sofrimento.

O trabalho como necessidade foi abordado pelos participantes como sendo fonte de três elementos: sobrevivência, desenvolvimento pessoal e bem-estar psicológico. A sobrevivência se refere às afirmações dos participantes p1, p3 e p7, sobre o trabalho como fonte principal de subsistência - “O trabalho não é um lazer, é subsistência. Se não trabalhar, vai viver do que?” (p3).

O desenvolvimento pessoal se refere às redes de relação, convívio e inserção social que se estabelecem a partir do trabalho. Estas relações foram relatadas como essenciais pelos participantes p1, p5 e p6 ao desenvolvimento pessoal do indivíduo – “(…) no trabalho (…) teus colegas às vezes se estendem como amigos. O trabalho se estende para além da firma e vira festa, convivência. Sem a firma, você não percebe nada das suas potencialidades.” (p5).

O bem-estar psicológico agrupa sentimentos como auto-estima e autoconfiança dos indivíduos nas suas capacidades. Sentimentos estes compreendidos como importantes, pelos participantes p1, p2, p3, p4, p7 e p8, e sendo advindos da relação do homem com o seu trabalho – “Eu sinto também que tem um sofrimento intenso quando começa apresentar problemas com relação ao trabalho e que mexe diretamente com a sua percepção da sua capacidade. Como se comesse a não perceber, a não acreditar, a não visualizar a sua capacidade como pessoa, e consequentemente como profissional” (p7).

O trabalho como sofrimento refere-se ao impacto, causando intenso sofrimento, nas: relações familiares e sociais, segundo p2, p3, p5, p6 e p7 - “Ele (paciente) tem problemas com o chefe, com os colegas... sabe? Então chega em casa e briga com a mulher.” – (p2), e nas condições físicas e emocionais, conforme os enunciados de p1, p2, p4, p5, p6, p7 e p8 - “O stress e o abalo com as condições de trabalho é tanto hoje em dia, que gera problemas sérios até na saúde física.” (p5).

Os resultados encontrados apontaram para vivências do trabalho que se fazem relativas, principalmente, à necessidade e ao sofrimento. Vivências estas compreendidas como desprovidas de prazer - “O trabalho é mais um fator de ansiedade do que propriamente dito um fator de prazer” (p3).

Assim como os relatos dos participantes, as concepções correntes de trabalho também fazem referência ao sofrimento, devido à origem do termo em tripalium. Santos (2000) destaca que ele possui dois significados: instrumento de três pés destinado a torturas e o lugar onde se colocam os bois para serem ferrados. Ele também destaca que o trabalho sempre teve um caráter de castigo, tortura e sofrimento. Santos (2000) é um autor que também aponta a subsistência como um sentido corrente dado ao trabalho.

O impacto nas relações familiares e sociais, expresso pelos psicólogos entrevistados, também é descrito por esse autor. A família, para os desempregados entrevistados por ele, ora é fator de apoio ora de acentuação de conflitos. Os impactos nas condições físicas e emocionais foram relatados por ele como vergonha, impotência sexual, culpa, solidão, humilhação, tristeza e depressão (Santos, 2000). Os psicólogos apresentaram também relatos envolvendo esses sentimentos - “(...) tem vergonha de tudo, até de trazer o currículo.” (p1) - “(...) chega um momento que não conseguem mais se sentir gente, chegando a ficarem com doenças físicas mesmo.” (p4) - “(...) sente angústia todo dia, por estar desempregada” (p3).

As necessidades descritas, de sobrevivência, desenvolvimento pessoal e bem-estar psicológico, numa análise dos enunciados, puderam ser hierarquizadas. A sobrevivência aparece nos enunciados como um nível de subsistência sem o qual não podem ocorrer nem o desenvolvimento pessoal e nem o bem-estar psicológico. O desenvolvimento pessoal aponta as diversas formas de relacionamento interpessoal, convívio e inserção numa rede social que o trabalho propicia. O bem-estar psicológico, pode ou não ocorrer com a existência das duas categorias anteriores, pois se refere ao desenvolvimento da auto-estima, principalmente, como consequência do reconhecimento do trabalho, do sentido do trabalho, da subsistência garantida e do bom

relacionamento interpessoal - “A mulher reclama e os filhos também de não terem as coisas e ele se percebe cada vez menos homem.” (p5).

O trabalho como sofrimento e o trabalho como necessidade não são categorias excludentes entre si, tanto que todos os participantes apontaram aspectos das duas, o que pode implicar na vivência do trabalho como algo necessário, imprescindível e ao mesmo tempo sofrido. Outra implicação são as intervenções frente a essa vivência, que ao mesmo tempo em que tentam restituir o trabalho, porque o entendem como necessário, tentam minimizar seus efeitos, porque compreendem que os mesmos são danosos.

Desemprego

Nesta temática estão os conteúdos manifestos pelos participantes como vivências e concepções do desemprego percebidos nas suas práticas clínicas. Os conteúdos referem-se a: vivências de caráter positivo do desemprego, vivências de caráter negativo do desemprego e causas do desemprego.

As vivências de caráter positivo do desemprego são percepções de experiências do desemprego apontadas como sendo benéficas ao desenvolvimento do sujeito. São vistas como: agente de mudança na vida dos pacientes, pelos participantes p1, p3 e p7 - “(...) tem gente que fica desempregada e não se atira ao mar, muda de vida e vai em busca de outra profissão que lhe dê algum lugar ao sol” (p7) e/ou como gerador de autonomia, pelos participantes p1 e p2 - “(...) e tem muita gente que aprende a se virar sozinha, sem patrão e acha isso muito bom.” (p2).

As vivências de caráter negativo do desemprego estão relacionadas às percepções dos entrevistados sobre o desemprego como fonte de sofrimento e psicopatologias. O desemprego é visto por p1, p3 e p7 como uma vivência de

desamparo – “(...) eu vejo o desemprego como um intenso desamparo, estão todos como abandonados. O patrão, os colegas, e até a família às vezes abandona.” (p7), por p2, p3, p4 e p6 como sendo de exclusão – “(...) então não faz parte de mais nada e ninguém te chama para sair, ou para conversar. Isso fica mais grave quando acham que tu é o culpado (pelo desemprego).” (p2), por p1, p3 e p6 como de falta de perspectiva – “(...) acho que é como perder o chão, sem saber para onde ir ou o que fazer com a sua vida, pelo menos assim eu tenho escutado na clínica.” (p6), por p1, p3, p5, p7 e p8, como vivência intensa de medo e receio – “tem medo de entregar currículo, de receber não e de voltar pra casa, parecem ter medo de tudo.” (p3) e por p2, p6 e p8, como despotencialização de capacidades – “Na minha prática a gente vê que um anúncio num jornal representa mais de cem currículos e ele coloca o currículo ali já de forma negativa, com menos valia. Ele não tem mais confiança nas suas potencialidades.”(p2).

Os conteúdos referentes às causas apontadas pelos participantes para se ficar e permanecer desempregado agrupam-se em: causas externas ao trabalhador e causas referentes ao trabalhador. As causas externas ao trabalhador são as condições adversas do mercado de trabalho, sinalizadas nos enunciados de p1, p3 e p5 – “às vezes, procuram vaga por meses (...) tenho um paciente que está desde o ano passado me trazendo jornais, e não tem vaga para a área dele.” (p3), falta de oportunidade de formação e qualificação, segundo p1, p4, p5, p7 e p8 – “Desempregadas, muitas pessoas não têm recursos financeiros e sequer motivação para realizarem cursos de aperfeiçoamento, ficando assim à margem do mercado de trabalho.” (p5) e o desemprego como uma questão social de difícil solução. Esta última é marcada pela indefinição, pelos participantes p1, p3 p5 e p7, que quando questionados melhor a respeito, somente a remetem à sociedade – “(...) é porque sociedade e governo têm uma boa parcela de responsabilidade.”(p5) - “(...) acho que é uma questão social” (p1).

Quanto às causas referentes ao trabalhador surge: nos conteúdos dos participantes p3 e p5, as experiências anteriores negativas com o trabalho – “(...) as pessoas têm dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho por conta das outras experiências que não foram assim muito boas.” (p3), nos enunciados de p1 e p4, a não procura por formação e qualificação - “(...) tem os que mesmo tendo chance, não procuram um aperfeiçoamento” (p1) e pelos participantes p4 e p6, a desistência de vagas “(...) eles (desempregados) entregam o currículo, mas não vão mais atrás, não acreditam em si e logo desistem de procurar (vagas)”. (p6)

A descrição das vivências que o trabalhador experiencia com o desemprego, se fazem marcadas por um forte caráter moral: vivências boas, quase um bom desemprego e vivências ruins, sentidas na experiência de um mau desemprego. Para evidenciar esse aspecto, as categorias foram divididas em vivências positivas e negativas do desemprego. A compreensão moral do desemprego remete à sua construção, quando a partir do liberalismo, a vagabundagem transforma-se em um ato voluntário e por isso, um delito social, passível não mais só de assistência, mas também de repressão. Essa dicotomia entre assistência e repressão é percebida já no advento dos primeiros escritórios de empregos na Inglaterra, responsáveis em fazer a triagem entre os bons e os maus sem emprego. Os primeiros, bons desempregados, são frutos da conjuntura econômica e os segundos ou não são “empregáveis ou são preguiçosos, e dependem, por isso, da assistência ou da repressão” (Gautié, 1998. p.75). O caráter moral exposto pelos entrevistados remetem o mau desemprego à uma vivência de desamparo, exclusão, falta de perspectiva, medo, receio e despotencialização de capacidades. Os aspectos positivos desta condição são relatados como aqueles desempregados que conseguem mudar de vida, mudando de profissão principalmente, e/ou aqueles que se tornam autônomos, fugindo da relação assalariada de trabalho.

A compreensão moral da vivência do desemprego e a conseqüente divisão entre um bom desemprego e um mau desemprego vão ter efeitos na construção das práticas clínicas. Estas, além de transitar entre a recondução ao emprego e a atenção aos efeitos dele, vão compreender “recompensas” aos que respondem positivamente, seja investindo em outras carreiras, seja investindo na autonomia, assim como estratégias repressivas aos que respondem negativamente.

As causas apontadas pelos participantes para se ficar e permanecer desempregados também obedeceram a uma ordem moral de categorização, em relação direta com as vivências positivas e negativas, já discutidas. O desemprego causado por fatores exteriores ao trabalhador como as condições do mercado de trabalho e a falta de oportunidade de formação e qualificação, não imputam culpa ao trabalhador por seu desemprego, muitas vezes, de longa duração. No entanto, as causas apontadas como referentes ao trabalhador, remetem a ele a responsabilidade por sua condição de desempregado, limitando-se a explicar que eles passam a não acreditar mais em si e por isso desistem das vagas e da qualificação. A relação entre as causas e a vivência do desemprego se dá por aqueles que “vencem” as causas e mudam de vida e se estabelecem com autonomia, e aqueles que “perdem” e desistem da busca de emprego, vivenciando o medo, a exclusão e o desamparo. Santos (2000) também aponta essa relação entre os sentimentos de vencer e perder que o desempregado vivencia e a percepção de si como um vencedor, que subitamente se torna um perdedor.

Intervenções sobre o desemprego na clínica

A execução das intervenções compreende os conteúdos manifestos pelos participantes que descrevem como operacionalizam a intervenção sobre a queixa do paciente, referente ao desemprego, e agrupam-se em duas categorias: Intervenções que excluem o fator “trabalho” e Intervenções que o contemplam.

As intervenções que excluem o fator “trabalho” foram identificadas como aquelas referentes à busca de outros elementos ligados à queixa do paciente. Essa busca, apontada por p4 e p6, ocorre com o sentido de que outros aspectos da vida do sujeito possam justificar o sofrimento relatado, sem que estes estejam diretamente relacionados ao trabalho – “(...) tento avaliar todo o contexto da pessoa, porque tem coisas que podem ser do momento e de outras coisas que ele tá vivendo.” (p6).

A análise dessas intervenções destaca que a busca de outros fatores ocorre mesmo nas queixas relacionadas diretamente ao trabalho. No manejo destas, os psicólogos entrevistados buscam, em alguns casos, outras razões e motivos, como por exemplo, desentendimentos familiares e eventos estressores, sobre os quais irão intervir. Vasques-Menezes (2004) aponta também essa prática e critica a forma como, muitas vezes, as queixas emitidas pelos pacientes referentes a experiências vivenciadas na relação com o trabalho são ignoradas. Essa ausência, segundo Jacques e Codo (2002), da categoria trabalho na prática clínica pode ser compreendida como uma fragilidade no entendimento e tratamento de diversas psicopatologias. Codo (2004) também descreve essa busca do terapeuta por razões para as patologias que encontra na clínica, e critica, de igual forma, o descaso com que se ignora o trabalho como um fator de risco importante na produção e desencadeamento delas.

As intervenções que contemplam o fator “trabalho” foram descritas, pelos participantes, a partir da compreensão relatada por eles da vivência do trabalho como singular e particular de cada paciente. Foram agrupadas em: a escuta do sofrimento, a indicação de terapias associadas e o auxílio na reinserção no mercado de trabalho.

A escuta do sofrimento compreende o acolhimento do sofrimento relatado pelos pacientes p2, p4, p5 e p6 – “(...) penso em primeiro lugar na escuta, em acolhimento, porque as pessoas chegam geralmente muito abaladas, muito desacreditadas” (p2). Nas

intervenções que contemplam o trabalho percebe-se que as respostas são de conteúdo generalista, como entendem a escuta. Ela aparece mais como acolhimento passivo, do que como uma intervenção formalmente construída.

A indicação de terapias associadas, pelos participantes p5, p6 e p8, compreende o uso de outras intervenções em associação com a psicoterapia, como o uso de medicamentos, ginástica, dança e yoga - “(...) eu mandei ela para um psiquiatra tomar medicação e ela não quis. Me disse que tomar remédio não ia dar emprego para ela, se não ter o que fazer era o que deixava ela deprimida”. (p6).

O auxílio na reinserção no mercado de trabalho foram as intervenções mais relatadas, que por sua vez, compreendem os questionamentos sobre busca de vaga e a orientação/planejamento de carreira. Os questionamentos são inquirições freqüentes executadas por todos os participantes, aos pacientes desempregados, com o fim de os pressionarem à busca de vagas. A orientação/planejamento de carreira compreende, segundo os enunciados de p2, p3, p4, p7 e p8, a reorganização do sentido profissional, organização de currículos, indicação de locais com vagas abertas, “dicas” de entrevista e orientação vocacional. A obrigação que o paciente tem em trabalhar, e os conteúdos da primeira temática, o trabalho como sofrimento e como necessidade, vão se evidenciar mais fortemente nestas intervenções - “Tenho uma paciente, outra que tô lembrando, que largou o emprego e eu é que fico angustiada com a subsistência dela. Ela tá bem tranqüila.” (p1). O bom e o mau desemprego, já discutidos, aqui aparecem com mais ênfase, na elaboração dessas intervenções relatadas, e as estratégias de assistência parecem se atualizar mais fortemente nas práticas de orientação e planejamento de carreira - “(...) lemos juntos os classificados” (p2) - “Eu estímulo para que mudem de ramo, busquem suas potencialidades.” (p3) - “(...) o meu papel talvez seja mostrar como a pessoa está se posicionando nesse momento, talvez mostrar também outras

alternativas as quais ela possa recorrer, dar algumas dicas de como se encontra o mercado de trabalho, dar algumas dicas do que seria necessário para um preparo pessoal para se reinserir no mercado, um incentivo.” (p7). Ao mesmo tempo, lançam mão de questionamentos, como inquéritos freqüentes, sobre a busca de vaga e a procura por formação, o que sugere o uso de estratégias repressivas e coercitivas - “(…) eu questiono se tá buscando outra colocação. Pergunto se tá se movimentando.” (p1) - “Pergunto tu tá fazendo curso? Cadê teu currículo?” (p2) - “(…) ela saía daqui e ia largar currículo. Eu perguntei se era antes ou depois da sessão, ela disse que depois, para ter algo para responder na hora que eu pergunto se procurou vaga essa semana. Acho que funcionou.” (p7).

Essas intervenções foram relatadas como freqüentes pelos participantes e atualizam as estratégias, tanto de assistência como de repressão, que se tem feito desde a constituição do desemprego (Gautié, 1998). O modo como se lida com essa questão, apresentado nas práticas aqui descritas, aproxima-se muito mais como reprodução das estratégias já desenvolvidas para se lidar com a questão social do desemprego nos últimos séculos, do que com uma invenção de novas práticas que contemplem o sofrimento que o desemprego tem produzido na contemporaneidade.

Lugar da Psicologia frente o desemprego

As ações da Psicologia frente o desemprego, relatadas pelos participantes, puderam ser compreendidas em três grandes subcategorias: as ações de prevenção, ações de tratamento e ações políticas. As ações de prevenção descrevem as atividades que podem ser desenvolvidas pelos psicólogos: através da orientação profissional/vocacional, segundo p1, p3, p5, p6, p7 e p8 - “Primeiro, de forma bem primária, dentro das escolas. Orientando como é o mercado e a vida profissional.” (p5) pela qualificação das seleções/avaliações psicológicas, segundo p2, p3, p5 e p6 - “(…)”

melhorando as seleções, aplicando os testes corretamente e sendo éticos, avaliando as pessoas pelo que realmente importa para o cargo.” (p6) e, conforme os enunciados de p3, p5 e p8, como agente transformador nas organizações, desenvolvendo intervenções que transformariam o sentido do trabalho para os trabalhadores, como seminários e palestras – ” Incitando os profissionais a pensarem sobre suas funções, e o devido prazer encontrado no trabalho, instigando e levando a valorização do trabalho como fonte de prazer e conquistas pessoais.” (p8).

As ações de tratamento incluem as atividades de escuta, nos ambientes clínicos e organizacionais, com o fim de minimizá-lo. A escuta, pelos participantes p1, p2, p4, p5 e p7, caracteriza-se pelo acolhimento do sofrimento relacionado ao trabalho – “(...) acolhendo as angústias, medos e dificuldades que aparecem, mesmo em espaços dentro das empresas.” (p7)

As ações políticas, ditas por p1, p6, p4 e p8, compreendem o trabalho social em organizações não governamentais e a conscientização política dos trabalhadores. Elas podem ocorrer tanto individualmente como coletivamente – “(a Psicologia pode) se motivar para fazer algum trabalho, para provocar mudanças sociais, ajudar a população a se posicionar frente a algumas coisas, a se opor a situações que não concorda em termos de governo, a ter uma visão crítica de mundo, que as coisas não são assim mesmo e pronto.” (p4).

Verificou-se que quanto ao lugar que a Psicologia pode ocupar frente ao desemprego, diversificam-se as posições e a escuta clínica aparece como a única categoria de tratamento visualizada pelos participantes. Paralelamente, foi dada ênfase à prevenção, pelos entrevistados, colocando a Psicologia como uma disciplina que poderia intervir mais fortemente nas escolas e nas empresas, ressignificando o trabalho e orientando crianças e jovens na sua inserção no mercado. A responsabilidade da

Psicologia do Trabalho e organizacional também foi apontada no que compete à urgente qualificação das suas intervenções, no que tange às avaliações psicológicas, recrutamentos e seleções, e no lugar que ocupam nas empresas e organizações frente o trabalhador. O caráter político que a Psicologia pode desenvolver na população trabalhadora também foi ressaltado pelos participantes. A partir das categorias encontradas é possível, mais uma vez, compreender que o entendimento dos participantes é de um trabalho e um desemprego que não são tradicionalmente um objeto de intervenção e preocupação da Clínica Psicológica.

Como conteúdos não agrupados em categorias específicas estão as afirmações de que a qualificação e a formação não garantem vagas de emprego e que o fator “trabalho”, pela totalidade dos participantes, é pauta nos atendimentos clínicos, muitas vezes, se apresentando como um dos motivos para a busca de acompanhamento psicológico. Quanto à formação, os participantes afirmaram, em sua totalidade, que a formação complementar e o referencial teórico os auxilia nas intervenções, mas que, no entanto, a formação a nível de graduação não os auxilia tanto. Não foram encontradas diferenças, nos conteúdos relatados, em relação às abordagens teóricas dos participantes.

Considerações Finais

São dois os aspectos que se espera que esta pesquisa possa contribuir: o primeiro se refere a problematizar a significativa presença da categoria trabalho na Clínica Psicológica e o que se está fazendo com ela. O segundo se refere a operar, pesquisando e intervindo, no limite entre os campos da Psicologia Clínica e da Psicologia do Trabalho, a fim de colaborar com essa problemática.

Conseguiu-se delimitar três categorias de intervenção que contemplam o trabalho/desemprego, no entanto, a primeira, da escuta, surge sem uma definição

formal; a segunda, encaminhando para outros campos profissionais, mais na esperança que dêem conta de uma questão de difícil solução do que de associação entre intervenções; e a terceira, executando ações, originalmente da Psicologia do Trabalho, com o fim de realocação no mercado de trabalho.

A pergunta, desafiadora e comprometedora, que permanece, é se essas práticas, aqui descritas, podem ser percebidas num status de prática clínica. Tal idéia problematiza que a Clínica Psicológica não sabe muito bem o que fazer com a temática do desemprego, e necessita urgente de operadores que dêem conta, na clínica, dos fenômenos contemporâneos que estão emergindo. Essas novas estratégias só poderão advir se a aposta for feita numa clínica que se amplia frente essas questões e se permite inventar, conjugando conhecimentos e superando-os no esforço do entendimento do humano, como no principio propôs Lagache (1949) à Clínica Psicológica.

As discussões aqui propostas estão longe de se esgotar e necessitam de estudos outros, dispostos a ultrapassar os limites que os próprios campos impõem à pesquisa. Durante a construção desta pesquisa, foi-se questionando, muitas vezes, se o desemprego era uma questão da clínica e se não era somente uma questão social. Ao final desta, percebe-se a expressiva presença desse tema nos consultórios de atendimento, nos relatos dos pacientes ditos pelos psicólogos clínicos entrevistados, nos efeitos sobre a saúde mental, e conclui-se pela sua perspectiva clínica. Logo, o desemprego contemporâneo produz-se, hoje, também como uma questão clínica. Isto porque, se fenômenos, igualmente complexos, de origem social e efeitos significativos na saúde mental, como a violência ou o abuso sexual, já encontram ressonância na clínica, onde operadores já foram desenvolvidos, não parece razoável excluir esta discussão do âmbito da clínica pela justificativa de ser um problema criado socialmente.

Há que se ultrapassar esses limites e investir nos tensionamentos possíveis para que outras práticas, de ordem terapêutica possam se produzir.

Portanto, acompanha-se Naffah Neto (1994) quando baseia a tarefa terapêutica a partir da origem do termo na palavra grega therapéia que possui o significado de cuidado, previsão, solicitude, trato e tratamento. O terapêutico, assim, é comprometido com uma certa plasticidade inerente à vida, acompanhando-a e cuidando-a em sua constante instabilidade. Nesta perspectiva, antes de sanar o patológico, o terapêutico tem de abrir possibilidade à criatividade em ruptura a toda serialização vigente.

Este estudo pretendeu contribuir neste sentido, principalmente no caráter pioneiro de ouvir a Psicologia Clínica no que ela tem a dizer sobre o tema, e problematizando-o a partir de sua ótica. Possui, no entanto, limitações no que tange, principalmente, à especificidade do sofrimento dos desempregados, que não foi focado aqui. Pode-se destacar, por exemplo, que nos enunciados dos participantes não houve menção às vivências de roubo, prostituição, drogadição, tráfico de entorpecentes, e às intervenções que a religião produz no desempregado, descritas por Santos (2000). Tal omissão se encontra ainda sem resposta, e necessita de maior investigação. Proposta necessária para se avançar na constituição de intervenções nesse público, e que poderá ser objeto de estudos posteriores.

5. Referências

Abs Da Cruz, D. V., Monteiro, J.K., Kissmann, D.B., Fatturi, A.C. (2004). Sofrimento Psíquico e Desemprego em São Leopoldo. [resumo] In: *Mostra de Iniciação Científica UNISINOS*, 2004, São Leopoldo. Anais da Mostra de Iniciação Científica da Unisinos, p.102-103.

Ackermann, K.; Amaral, M.A.; Silva, J.C.B.; Geraldês, A.L.; Lima, T.N.; Lombardi Jr., M.; Mendes, A.; Scandiucci, G. (2005) O desemprego do tempo: narrativas de trabalhadores desempregados em diferentes ambientes sociais. In *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. 8, 1-27.

Antunes, R. (2006). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo. Boitempo.

Barbara, M. M. (1999). Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. *Psicologia Ciência e Profissão*, 19, 30-49

Bardin, L. (1977) *Análise de Conteúdo*. Lisboa:Edições 70.

Bauman, Z. (2005). *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bowden CL. (2005) Bipolar disorder and work loss. *American Journal Manag Care*, 11, 91-4.

Brant, L.C. Dias, E.C. (2004). Trabalho e sofrimento em gestores de uma empresa pública em reestruturação. *Cadernos de Saúde Pública*. 20, 942-949.

Brant, L.C., Minayo-Gomez, C. A. (2004) . Transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. *Ciência & Saúde coletiva*, 1, 213-223.

Caldas, M. P. (1999) A Demissão e Alguns Significados Psicológicos da Perda do Emprego Para o Indivíduo. *Enanpad*. 23, 1-12.

Carlotto, M. S.; Gobbi, M. D.; Reichert, C. B. (2001) Desenvolvimento da empregabilidade: uma intervenção psicossocial. *Aletheia: Revista de Psicologia da ULBRA*, 13, 111-118

Carrol, N. (2007) Unemployment and Psychological Well-being. *The Economic Record*. 83, 287-302.

Ciccone, A. (2000) *Observação Clínica*. Lisboa: Climepsi.

Codo, W. (2004) (org) *O trabalho enlouquece?* Petrópolis:Vozes.

Comino, E.J.; Harris, E.; Chey, T.; Manicavasagar, V.; Wall, J.P.; Davies, G.P. & Harris, M.F. (2003) Relationship between mental health disorders and unemployment status in australian adults. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*. 37, 230-235.

Comino, E.J.; Harris, E.; Silove, D.; Manicavasagar, V. & Harris, M. (2000) Prevalence, detection and management of anxiety and depressive symptoms in unemployed patients attending general practitioners. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*. 34, 107-113

Coutinho, M.C. (2006) Dialética da Exclusão/Inclusão em uma Organização Industrial. *ERA-Eletrônica*, 5, 1-22.

Coutinho, M.C.; Jacques, M.G.C. (2004) Uma Contribuição da Psicologia para a análise das implicações do desemprego. *Psico*. 35, 161-167.

Dejours, C. (1992) *A Loucura do Trabalho*. São Paulo: Cortez.

Della-Posta, C. Drummond, P.D. (2006) Cognitive Behavioural Therapy Increases Re-employment of Job Seeking Workers Compensation Clients. *Journal of Occupational Rehabilitation*, 16, 223-230.

Denzin, N.K., Lincoln, Y.S. (1998) *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*. California: Sage.

Feijoo, A.M.L.C. (2004) A Psicologia Clínica: Técnica e Técnica. *Psicologia em Estudo*. 9, 87-93.

Figueiredo, L. C. (1996). *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. São Paulo: Vozes.

Flatau, P.; Galea, J. & Petridis, R. (2000) Mental Health and Wellbeing and Unemployment. *The Australian Economic Review*. 33, 161-181.

Flick, U. (2004) *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.

Galeazzi, I. (2002) Desemprego. In Cattani, A.D. (org). *Dicionário Crítico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

Gallo W.T., Bradley E.H., Dubin J.A., Jones R.N., Falba T.A., Teng H.M., Kasl S.V. (2006) The persistence of depressive symptoms in older workers who experience involuntary job loss: results from the health and retirement survey. *Journal Gerontol B Psychol Sci Soc Sci*, 61, 221-8.

Gautie J. (1998) Da Invenção do Desemprego à sua Desconstrução. *Mana*, 4, 67-83

Goodman, M. (1981) Unemployment in My Praticce. *British Medical Journal*. 282, 2020-2021.

Goulart, P.M. (2003) Sem medo do desemprego: o caso do movimento dos trabalhadores desempregados. *Psicologia & Sociedade*, 15, 137-160.

Gil, A.C.,(2002) *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas

Guimaraes, N.A. (2002). Por uma sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17, 103-183.

Higgs, R. (1981) Unemployment in My Praticce. *British Medical Journal*. 283, 532.

Hussain, M.H. (1981) Unemployment in My Praticce. *British Medical Journal*. 283, 26.

Jacob, A. (1981) Unemployment in My Praticce. *British Medical Journal*. 282, 1844-1845.

Jacques, M.G.C. (2003) . Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. *Psicologia Social*, 15, 97-116.

Jacques, M.G. (2007) O nexo causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*. 19, 112-119.

Jacques, M. G., Codo, W. (Orgs.) (2002) *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes

Karam, H. (2003) O Sujeito entre a alcoolização e a cidadania: perspectiva clínica do trabalho. *Revista Psiquiatria RS*, 25, 468-474.

Kasl, S. (1983). Pursuing the link between stressful life experiences and disease: A time for reappraisal. In Cooper, C.I. (Org) *Stress research* . New York: Mentor Books.

Kendall,N.A.S. Thompson,B.F. (1998). A pilot program for Dealing with the comorbidity of Chronic Pain and long-term unemployment. *Journal of Occupational Rehabilitation*. 8(1) 37-45.

Kennedy, S.; McDonald, J.T. (2006) Immigrant Mental Health and Unemployment. *The Economic Record*. 82, 445-449.

Kissmann, D.B. (2005) *Mulher e Trabalho: Representações sociais do desemprego em São Leopoldo*. Trabalho de Conclusão de Curso não publicado. Unisinos. São Leopoldo. Rio Grande do Sul. Brasil.

Krisis (2003) *Manifesto contra o Trabalho*. São Paulo: Baderna.

Lagache, D. (1949) *L'unité de la psychologie*. PUF . Paris.

Lima, M.E.A. (2006)(org) *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à sicopatologia do trabalho*. Petrópolis: Vozes.

Lima, M. E. A. Borges, A. F. (2002) . Impactos psicossociais do desemprego de longa duração. In Goulart, I. B. (org.). In: *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lima, M.S. Tassi, J. Novo, I.P. Mari, J.J. (2005) Epidemiologia do Transtorno Bipolar. *Revista Psiquiatria Clínica*, 32, 15-20.

Mackay, J. (1981) Unemployment in My Practice. *British Medical Journal*. 282, 2104-2105.

Marshall, C., Rossman, G.B. (1999) *Designin Qualitative Research*. Califórnia:Sage..

Monteiro, J.K.; Abs da Cruz, D.V. (2007) Construindo o atendimento psicológico a desempregados: o projeto SINE/Unisinos. *Psicologia USP*. [artigo submetido]

Negri, A., Lazzarato, J. (2001) *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A.

Naffah Neto, A.(1994) *A psicoterapia em busca de Dionísio – Nietzsche visita Freud*. São Paulo: Escuta.

Passos, E.; Barros, R.B. (2003) O que pode a Clínica? A posição de um problema e de um paradoxo. In Fonseca, T.M.G.; Engelman, S. (org) *Corpo, Arte e Clínica*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

Paulon, S.M. (2003) Clínica Ampliada: Que(m) demanda ampliações? In Fonseca, T.M.G.; Engelman, S. (org) *Corpo, Arte e Clínica*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

PED (2006). *Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: FEEE.

Peres, R.S., Silva, J.A., Carvalho, A.M.R. (2003) Um olhar psicológico a respeito do desemprego e da precariedade das relações de trabalho. *Psicologia: Teoria e Prática*, 5, 97-110

Pochmann (2006) Desemprego. In Antunes, R. (2006). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo. Boitempo.

Price, R. H. Choi, J.N. Vinokur, A.D. (2002) Links in the chain of adversity following job loss: how financial strain and loss of personal control lead to depression, impaired functioning, and poor health. *Journal of Occupational Psychology*. 7, 302-312.

Rueda, F.J.M., Martins, L.J., Campos, K.C.L., (2004) Empregabilidade: o que os alunos universitários entendem sobre isto? *Psicologia: Teoria e Prática*, 6, 63-73.

Santana, V.S.(2006) Saúde do trabalhador no Brasil: pesquisa na pós-graduação. *Revista Saúde Pública*, 40, 101-111

Santos, J.B.F. (2000) *O Averso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho*. São Paulo: Annablume.

Sarriera, J. C.; Camara, S. G.; Berlim, C. S.; (2000) Elaboração, desenvolvimento e avaliação de um Programa de Inserção Ocupacional para Jovens Desempregados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 1, 189-198 .

Sato, L., Schimdt, M.L.S. (2004). Psicologia do Trabalho e Psicologia Clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. *Estudos de Psicologia*, 9, 365-371

Schmidt, M.L.S. (2005). Clínica psicológica, trabalho e desemprego: considerações teóricas. *Cadernos de psicologia social do trabalho*. 7,1-10.

Smerdon, (1981) Unemployment in My Praticce. *British Medical Journal*. 283, 416.

Smith, R. (1985a) Suicide and Unemployment. *British Medical Journal*. 291, 1563-1566.

Smith, R. (1985b) Psychological Consequences of Unemployment. *British Medical Journal*. 291, 1338-1341.

Smith, R. (1985c) Please, never let it happen again: lessons on unemployment from the 1930s. *British Medical Journal*. 291, 1191-1195.

Smith, R. (1986a) Improving the health of the unemployed: a job for health authorities and health workers. *British Medical Journal*. 292, 470-472.

Smith, R. (1986b) "What can be done?": responding to unemployment and health. *British Medical Journal*. 292, 263-265.

Smith, R. (1991) Unemployment: here we go again. *British Medical Journal*. 302, 606-607.

Stankunas M, Kalediene R, Starkuviene S, Kapustinskiene V (2006) Duration of unemployment and depression: a cross-sectional survey in Lithuania . *BMC Public Health*. 6, 174

Strandh, M. (2000) Different Exit Routes from Unemployment and their Impact on Mental Well-being: the role of economic situation and the predictability of the life course. *Work Employment Society*. 14, 459-479.

Syed HR, Dalgard OS, Dalen I, Claussen B, Hussain A, Selmer R, Ahlberg N (2006) Psychosocial factors and distress: a comparison between ethnic Norwegians and ethnic Pakistanis in Oslo, Norway. *BMC Public Health*, 6, 182

Szwarcwald CL, Bastos FI, Esteves MA (2005) State of animus among Brazilians: influence of socioeconomic context? *Cadernos Saúde Pública*, 21, 33-42

Tanner, C.P. (1981) Unemployment in My Praticce. *British Medical Journal*. 283, 201-202.

Terra, C.P.; Carvalho, J.A.S.; Azevedo, J.E.A.; Venezian, L.A. & Machado, S.B. (2006) Desemprego: discurso e silenciamento – um estudo com clientes de um serviço de aconselhamento psicológico. In *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. 9, 33-51.

Thomas, K.B. (1981) Unemployment in My Praticce. *British Medical Journal*. 282, 1520-1521.

Tumolo, L.M.S.; Tumolo, P.S. (2001) *Vivência de pessoas desempregadas e o significado do desemprego no capitalismo: elementos para uma reflexão crítica.*

Florianópolis: UFSC.

Vasques-Menezes, I. (2004) Por onde passa a categoria trabalho na prática terapêutica?

In Codo, W. (2004) *O trabalho enlouquece?* Petrópolis: Vozes.

Villamil E., Huppert, F.A., Melzer, D., (2006) Low prevalence of depression and anxiety is linked to statutory retirement ages rather than personal work exit: a national survey. *Psychological Medicine. 1-11.*

6. Anexos